

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

ROMUALDO DAMACENA

PLANO FAMÍLIA INSTITUÍDO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

CURITIBA

2019

ROMUALDO DAMACENA

PLANO FAMÍLIA INSTITUÍDO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Monografia apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis do setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito da obtenção do título de especialista em Contabilidade e Finanças.

Orientador: Prof. Claudio Marcelo Edwards Barros

CURITIBA

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a minha família, por todo, apoio, força, amor e carinho dedicados a mim além de compreensão com as ausências para realização desta monografia.

Aos colegas de faculdade e professores com quem muito aprendi nesta jornada, e todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram por esta conquista.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de aprimorar o conhecimento sobre Previdência Complementar Fechada visando demonstrar a importância para as empresas e seus beneficiários. Como eu trabalho em uma entidade de previdência fechada, e estamos com um projeto novo, a monografia foi direcionada ao Plano Família de Previdência Complementar Fechada, que nada mais é, que um plano para os dependentes dos colaboradores. Foram realizadas pesquisas e comparações dos rendimentos da empresa com outros Fundos de Investimentos, e podemos dizer com certeza o quanto esta sendo lucrativo investir em previdência fechada. Além dos rendimentos vantajosos a entidade oferece muitos outros benefícios. A forma de contribuição é definida, não se sabe exatamente quanto receberá na aposentadoria, mas quanto maior for o valor da contribuição, maior será o resgate no final do período. Nos últimos anos, muitos países realizaram a reforma previdenciária, devido ao aumento da probabilidade de vida das pessoas e das dívidas. No Brasil não vai ser diferente, o país está passando por uma dificuldade enorme para pagar suas dívidas e os aposentados, o governo está apostando na reforma da previdência para conseguir diminuir esta dívida. As EFPC foram criadas pela Lei 6.435/77 com o intuito de ajudar os trabalhadores a terem uma aposentadoria digna, para não depender somente do benefício do governo, e muitas pessoas desconhecem estas entidades. Ao investir em previdência privada são investimentos de longo prazo, pensando no futuro (aposentadoria). Que do jeito que estamos vendo através de jornais e revistas, vai ser difícil o trabalhador ter uma aposentadoria com tranquilidade, isto se não tiver que trabalhar o resto da vida. Então agora é o momento de pensar bem, e investir em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Palavra-chave: Plano Família, Previdência Complementar, Fundo de Investimentos.

ABSTRACT

The objective of this paper is to improve the knowledge about Closed Complementary Pension Plans to demonstrate the importance for companies and their beneficiaries. As I work in a closed pension plan, and we have a new project, the monograph was directed to the Closed Pension Plan Family Plan, which is nothing more than a plan for employees' dependents. We conducted research and comparisons of the company's income with other Investment Funds, and we can say with certainty how lucrative it is to invest in closed-end pension plans. In addition to profitable returns the entity offers many other benefits. The form of contribution is defined, it is not known exactly how much you will receive in retirement, but the higher the contribution, the greater the redemption at the end of the period. In recent years, many countries have carried out pension reform, due to the increase in the probability of people's lives and debt. In Brazil it will not be different, the country is going through a huge difficulty to pay its debts and the retirees, the government is betting on the pension reform to manage to reduce this debt. The EFPC was created by Law 6,435 / 77 to help workers to have a dignified retirement, not to depend only on the benefit of the government, and many people are unaware of these entities. When investing in private pension is long-term investments, thinking about the future (retirement). That the way we see it through newspapers and magazines, it will be difficult for the worker to have a retirement in peace, if he does not have to work the rest of his life. So now is the time to think hard, and invest in a Closed Entity of Complementary Pension Plans.

Keyword: Family Plan, Complementary Pension Plan, Investment Fund.

LISTAS DE SIGLAS

EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar

EAPC – Entidade Aberta de Previdência Complementar

ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada

MPS – Ministério da Previdência Social

SPC – Secretaria de Previdência Complementar

BD – Benefício Definido

CD – Contribuição Definida

CV – Contribuição Variável

LC – Leis Complementares

PFA – Plano Família Associativo

PFC – Plano Família Corporativo

RPC – Regime de Previdência Complementar

RGPS - Regime Geral de Previdência Social

CF – Constituição Federal

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre

VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados

PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

SPC - Conselho de Gestão da Previdência Complementar

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

FENAPREVI - Federação Nacional de Previdência Privada e Vida

CAPESESP - Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação
Nacional de Saúde

SRPC - Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar

CNPC - Conselho de Nacional Previdência Complementar

CRPC - Conselho de Recursos da Previdência Complementar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS.....	10
1.1.1 OBJETIVO GERAL	10
1.1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	10
2. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	11
2.1 ESTRUTURAS GERAIS.....	13
3. ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - EFPC	14
4. ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DAS EFPC	16
4.1 INTERNOS.....	16
4.2 EXTERNOS	16
5. OS PRINCIPAIS SEGMENTOS E SUAS DEFINIÇÕES.....	16
5.1 DEFINIÇÕES:.....	17
6. ESTUDO DE CASO	20
6.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA EMPRESA:	21
6.2 PLANO DE CUSTEIO	24
6.3 TABELA DE CONTRIBUIÇÕES E TAXAS ADMINISTRATIVAS:	25
7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS.....	26
7.1 DEMONSTRATIVOS DOS INVESTIMENTOS	29
7.2 RENTABILIDADES DOS INVESTIMENTOS.....	30
7.3 COMPARAÇÕES ENTRE OS FUNDOS	31
8. CONCLUSÃO	34
9. REFERÊNCIAS.....	35
ANEXO I DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	37
ANEXO II DEMONSTRAÇÃO DA RENTABILIDADE.....	41
ANEXO III DADOS ESTATÍSTICOS ABRAPP.....	42
ANEXO IV DADOS ESTATÍSTICOS PREVIDÊNCIA	50
ANEXO V LC 108	52
ANEXO VI LC 109	58

1. INTRODUÇÃO

Um dos maiores problemas enfrentados e discutidos ultimamente no Brasil é o da reforma da previdência. Esta surgindo muitas dúvidas com relação à nova reforma. O governo esta cortando gastos, para que se possam pagar as dividas, tendo que tirar de um lugar para cobrir outros. Por causa dessas dividas que o Brasil tem, o governo esta querendo mexer na previdência complementar, aumentando a idade e também o percentual de contribuição, Pois estamos todos preocupados se terá recursos suficientes para pagar os que já estão aposentados e também os que vão se aposentando futuramente.

A previdência complementar foi criada em 1977 pela Lei 6.435 com a finalidade de garantir um futuro melhor para os trabalhadores e também seus dependentes. Mas do jeito que esta o andamento, não sabemos até quando poderemos contar com este recurso, o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

Devido a este problema e também pensando no futuro de seus colaboradores e dependentes, muitas empresas estão oferecendo planos de previdência fechada para seus colaboradores e também oferecendo para terceiros.

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC foi criada justamente pensando no futuro dos colaboradores e seus dependentes conforme a LC 109/2001, art. 35.

Art. 35. As entidades fechadas deverão manter estrutura mínima composta por conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva. (Regulamento)

§ 1º O estatuto deverá prever representação dos participantes e assistidos nos conselho deliberativo e fiscal, assegurado a eles no mínimo um terço das vagas.

§ 2º Na composição dos conselho deliberativo e fiscal das entidades qualificadas como multipatrocinadas, deverá ser considerado o número de participantes vinculados a cada patrocinador ou instituidor, bem como o montante dos respectivos patrimônios.

§ 3º Os membros do conselho deliberativo ou do conselho fiscal deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I - comprovada experiência no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria;

II - não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; e

III - não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social ou como servidor público.

§ 4º Os membros da diretoria-executiva deverão ter formação de nível superior e atender aos requisitos do parágrafo anterior.

§ 5º Será informado ao órgão regulador e fiscalizador o responsável pelas aplicações dos recursos da entidade, escolhido entre os membros da diretoria-executiva.

§ 6º Os demais membros da diretoria-executiva responderão solidariamente com o dirigente indicado na forma do parágrafo anterior pelos danos e prejuízos causados à entidade para os quais tenham concorrido.

§ 7º Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 31 desta Lei Complementar, os membros da diretoria-executiva e dos conselhos deliberativo e fiscal poderão ser remunerados pelas entidades fechadas, de acordo com a legislação aplicável.

§ 8º Em caráter excepcional, poderão ser ocupados até trinta por cento dos cargos da diretoria-executiva por membros sem formação de nível superior, sendo assegurada a possibilidade de participação neste órgão de pelo menos um membro, quando da aplicação do referido percentual resultar número inferior à unidade.

O intuito deste trabalho é o de conhecer sobre previdência privada aberta e fechada, onde estarei falando um pouco das duas Entidades, mas principalmente sobre o Plano Família de Previdência Complementar, que é o objetivo do trabalho.

Plano Família é um plano que as EFPC estão criando para administrar as contribuições dos dependentes dos colaboradores de empresas através de associações. É uma forma que as EFPC encontraram para atrair novos participantes, mas também para oferecer benefícios ótimos aos dependentes dos colaboradores de criar uma reserva para usufruir no futuro, quando for se aposentar.

A empresa que será analisada é uma EFPC sem fins lucrativos, que administra as contribuições mensais de seus colaboradores e seus dependentes. O trabalho será direcionado exclusivamente ao Plano Família de Previdência Complementar Fechada, com o objetivo de analisar a rentabilidade da empresa e comparar com outros fundos de investimentos. Dessa forma tentarei provar que a melhor opção hoje no Brasil para se investir, é o de Previdência Fechada Complementar. Onde as pessoas terão mais garantias e seguranças para investir seus recursos.

Aqueles que tiverem interesse em investir seus recursos, mas não sabe por onde começar deixo aqui este material de apoio para pesquisa com algumas comparações de fundos de investimentos, demonstrando qual o melhor caminho.

1.1 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é analisar as rentabilidades de diversos fundos de investimentos e compará-los ao fundo de investimento de uma Empresa Fechada de Previdência Complementar – EFPC.

1.1.2 Objetivo Específico

Demonstrar a importância dos fundos de Pensão.

Abordagem na legislação.

Demonstrar a melhor rentabilidade.

Analisar qual a melhor opção de investimento.

2. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Regime Previdência Complementar foi criada em 1977 pela Lei 6.435, com os Decretos nº 81.240/78 para as Entidades Fechadas, Decretos nº 81.402/78 para as Entidades Abertas. Em 2001 foi revogado à Lei 6.435/77 pela Lei Complementar nº 108 e 109 e o Decreto nº 81.240/78 foram revogados pelo Decreto de nº 4.942/03, onde ditas as regras.

Art. 1º da LC 109/01, o que define a Previdência Complementar.

Art. 1º O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, é facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício, nos termos do caput do art. 202 da Constituição Federal, observado o disposto nesta Lei Complementar.

O RPC não tem vínculo com a previdência pública Regime Geral de Previdência Social – RGPS conforme mostra o art. 202 da Constituição Federal CF.

Art. 202/88 da Constituição Federal CF.

Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 2º As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 5º A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 6º A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Hoje os trabalhadores estão mais preocupados com a sua aposentadoria, pois o valor que se recebe pelo Instituto Nacional de Seguro Social INSS a título de aposentadoria esta cada vez menor e não dá para manter o padrão de vida conforme a sua vida ativa. Cada vez mais os trabalhadores estão buscando formas de investir para ter uma aposentadoria com qualidade.

Hoje no Brasil existe dois segmentos no Regime Previdência Complementares, as entidades abertas e fechadas. Entidades Fechadas de Previdência Complementar EFPC também conhecidos como “fundos de pensão” e Entidade Aberta de Previdência Complementar EAPC que oferece planos individuais e coletivos. Os planos mais conhecidos das EAPC são, Plano Gerador de Benefício Livre PGBL para pessoas com vínculo empregatício com empresas e o Vida Gerador de Benefício Livre VGBL para pessoas que trabalham como autônomos.

Cada entidade é fiscalizada por órgãos específicos para cada seguimento. O aberto pela Superintendência de Seguros Privados – Susep e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados CNSP, vinculados ao Ministério da Fazenda, já o fechado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, Secretaria de Previdência Complementar SPC e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar, vinculados ao Ministério da Previdência Social.

A estrutura geral do Brasil no segmento de Previdência Complementar se distinguiu de três formas, conforme site da PREVIDÊNCIA.GOV.

2.1 Estruturas Gerais

Regime Geral de Previdência Social: Direcionado ao Público, filiação obrigatória para os trabalhadores com Consolidação das Leis do Trabalho – CLT que é operado pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, e é contabilizado pelo regime de caixa.

Regime Próprio dos Servidores Públicos: Filiação obrigatória aos servidores públicos, contabilizado pelo regime de caixa.

Regime de Previdência Complementar: É uma entidade de fechada, para natureza contratual, sua filiação não é obrigatória igual aos outros regimes, e sua forma de contabilizar é através do regime financeiro de capitalização.

De acordo com o site da Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde CAPESESP. O participante que tiver o maior salário receberá menos do INSS.

O gráfico mostra a defasagem de renda de um participante, que se aposenta aos 58 anos de idade e 35 anos de contribuição para o INSS (colunas laranja e azul) e tem seu benefício reduzido pela aplicação do "Fator Previdenciário" (FP) de 0,807. Também está representado outro participante que se aposentou mais tarde e teve o FP=1.

Em ambos os casos verifica-se que quanto maior o salário antes da aposentadoria maior a perda em relação ao benefício do INSS.

O fator previdenciário, criado em 1999, é uma fórmula que leva em conta o tempo de contribuição do trabalhador, sua idade e a expectativa de vida dos brasileiros no momento da aposentadoria. Assim, quanto menor a idade na data da aposentadoria e maior a expectativa de sobrevivência, menor o fator previdenciário e, portanto, menor o benefício recebido. Quanto mais velho e quanto maior for o tempo de contribuição do trabalhador, maior será o valor da aposentadoria.

3. ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - EFPC

As EFPC são fundações, sem fins lucrativos e que tem o objetivo de administrar planos de benefícios previdenciários de pessoas que tenha vínculos empregatícios, são exclusivos para os empregados de empresas patrocinadoras.

As EFPC são definidas de acordo o Art. 31 n° 109/01 da Lei Complementar LC de 2001.

Art. 31. As entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador, exclusivamente:

I - aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores; e

II - aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.

§ 1º As entidades fechadas organizar-se-ão sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

§ 2º As entidades fechadas constituídas por instituidores referidos no inciso II do caput deste artigo deverão, cumulativamente:

I - terceirizar a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas e provisões mediante a contratação de instituição especializada autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou outro órgão competente;

II - ofertar exclusivamente planos de benefícios na modalidade contribuição definida, na forma do parágrafo único do art. 7º desta Lei Complementar.

§ 3º Os responsáveis pela gestão dos recursos de que trata o inciso I do parágrafo anterior deverão manter segregados e totalmente isolados o seu patrimônio dos patrimônios do instituidor e da entidade fechada.

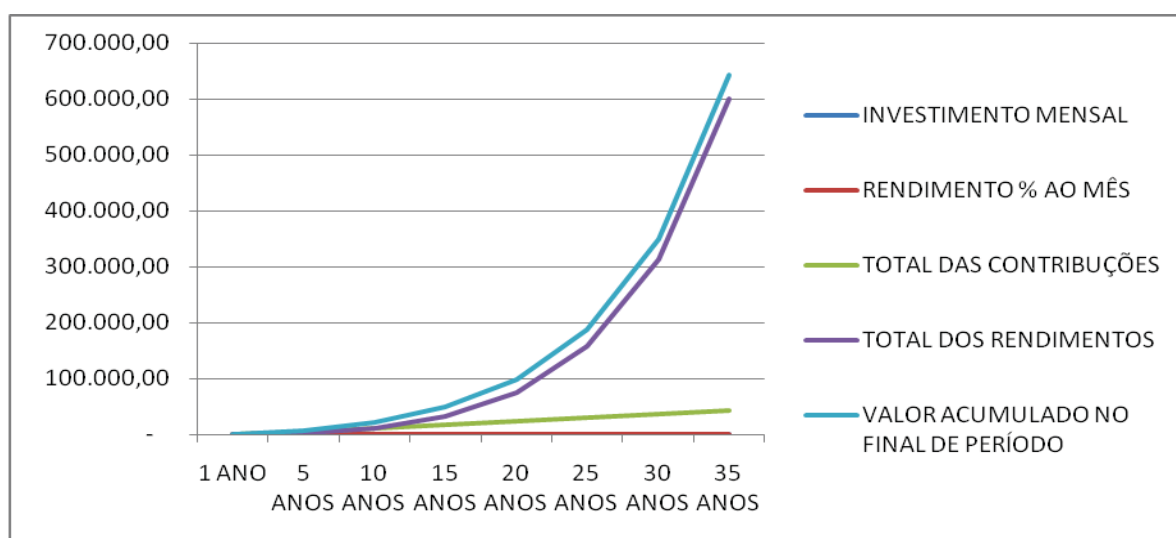
§ 4º Na regulamentação de que trata o caput, o órgão regulador e fiscalizador estabelecerá o tempo mínimo de existência do instituidor e o seu número mínimo de associados.

A idéia de criar estes fundos de pensão, como são chamados, foi com a intenção de transmitir segurança aos empregados e de mantê-los motivados, e também garantir uma renda aproximadamente ao que ele tinha antes de se aposentar. O participante também terá segurança com relação a eventos não previstos, como doenças, invalidez, mortes, etc.

Muitas pessoas se perguntam, porque investir em Previdência Complementar. Estatísticas feitas pela Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde – CAPESESP.

Veja a estimativa de quanto um investimento mensal poderá render na aposentadoria, e confira a diferença entre começar cedo e deixar para última hora:

Figura esta no ANEXO II.



FONTE: adaptado do SITE CAPESEP.

De acordo com a pesquisa feita pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida FENAPREVI 60% dos brasileiros estão apostando em EFPC para garantir uma situação financeira e econômica quando se aposentar.

De acordo com a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, a importância da EFPC para os Participantes, Empresas Patrocinadoras e também para a Sociedade.

Para os Participantes:

Manutenção, na aposentadoria, de padrão de renda próximo ao do período em atividade, permitindo exercício da cidadania. Formação de uma poupança de longo prazo. Segurança, mesmo na ocorrência de eventos futuros adversos. Possibilidade de obtenção de empréstimos e financiamentos com taxas mais atrativas.

Para as Empresa Patrocinadoras:

Importante ferramenta de RH. Melhorar as relações empregado/empresa. Atrair e manter mão-de-obra qualificada. Aumentar a fidelização do empregado. Complementar a renda da aposentadoria pública para

empregados ou associados que recebem mais do que o teto da previdência social. Transmitir sentimento de segurança ao empregado ou associado e familiares (ocasião de invalidez e morte). Ter boa imagem junto à sociedade.

Para a Sociedade:

Capitalização de empresas, através dos investimentos no mercado de ações. Financiamentos de projetos de médio e longo prazo. Formação de postos de trabalho. Arrecadação direta e indireta de impostos. Manutenção do der de compra no mercado de consumo, ativando a economia. Possibilita melhor qualidade de vida aos milhares de beneficiários e seus dependentes.

4. ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DAS EFPC

4.1 Internos

Conselho Fiscal e Auditoria Externa.

4.2 Externos

Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar - SRPC é o órgão responsável de acompanhar as políticas e diretrizes do regime operado.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, autarquia responsável por fiscalizar, supervisionar, aprovar as atividades. A PREVIC é vinculada ao Ministério da Previdência Social.

Conselho de Nacional Previdência Complementar – CNPC tem a função de regular as atividades.

Conselho de Recursos da Previdência Complementar CRPC, é o órgão que analisa os recursos instaurados pela PREVIC.

5. OS PRINCIPAIS SEGMENTOS E SUAS DEFINIÇÕES

As EFPC usam termos e segmentos técnicos exigidos pelos órgãos fiscalizadores para que a estrutura organizacional funcione perfeitamente e são definidas como.

5.1 Definições:

Autopatrocínio: É quando o participante sai da empresa e assume a parte da contribuição que o patrocinador contribuía.

Benefício de Risco: Vai depender de ocorrências não programáveis, por exemplo, invalidez, morte, doenças, etc.

Instituidores: Empresas que oferecem benefícios previdenciários que será administrado por uma EFPC.

Participantes: É o empregado que está ativo no plano de previdência da EFPC.

Assistidos: Empregado ou o seu dependente que esteja recebendo a aposentadoria ou pensão.

Patrocinadores: Empresas que oferecem aos seus empregados os benefícios previdenciários.

Planos de Benefícios: Obrigação e deveres que a empresa tem com os seus participantes e beneficiários, criando uma poupança através das contribuições e das rentabilidades dos investimentos.

Portabilidade: É quando o participante tem direito a transferir seus recursos financeiros para outra EFPC, mas só poderá transferir esta reserva se a outra entidade também trabalhar com o plano previdenciário.

Resgate: Conforme o regulamento do plano, o participante terá direito a resgatar o valor de investido no plano depois do seu desligamento com a EFPC.

Estatuto: Regulamentos que define a estrutura organizacional e o funcionamento da FPC.

Regulamento: Descreve as obrigações e direitos dos participantes e do patrocinador.

Plano de Benefício Definido: No momento em que o participante faz o contrato do plano, ele já fica sabendo o quanto irá pegar na aposentadoria, o que vai variar é o valor da contribuição, porque vai depender destes valores para chegar ao valor pré-determinado.

Conforme art. 2º da Resolução MPS/CGPC nº 16/05.

Art. 2º Entende-se por plano de benefício de caráter previdenciário na modalidade de benefício definido aquele cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Plano de Contribuição Definida. Nesta modalidade, é o inverso do BD, quando o participante faz o contrato com o plano, ele sabe o valor da contribuição, mas não saberá o valor que irá pegar na aposentadoria, pois também tem as rentabilidades dos investimentos.

Conforme art. 3º da Resolução MPS/CGPC nº 16/05.

Art. 3º Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Plano de Contribuição Variável: É a junção dos dois benefícios, o CD, quando o participante estiver ativo, e o BD quando o participante estiver inativo. Também pode ocorrer o BD, nos casos de riscos, como mortes, invalidez, etc.

Conforme art. 4º da Resolução MPS/CGPC nº 16/05

Art. 4º Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

A estrutura (regulamento) que uma EFPC dever ter conforme art. 35 LC 109/2001.

Art. 35. As entidades fechadas deverão manter estrutura mínima composta por conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.

Conselho Deliberativo: Responsável por determinar as políticas administrativas da empresa para o melhor investimento.

Conselho Fiscal: Responsável pelo controle, e supervisão dos atributos do Conselho Deliberativo.

Diretoria Executiva: Responsável por conduzir a administração e os planos da EFPC.

Hoje, já não sabemos mais se pode contar com o benefício que o governo nos fornece quando fomos nos aposentarmos, no caso pelo INSS como todos conhecem. Cada ano que passa a reforma da previdência nos trás novas surpresas. Este Ano de 2019, o governo esta querendo aumentar a idade para se aposentar, aumentar o tempo de contribuição, devido à estimativa de vida hoje do ser humano, nada mais que em torno dos 70 aos 80 anos de idade e conforme os dados citados anteriormente, a previdência esta diminuindo cada vez mais o valor a receber como aposentadoria. Será impossível uma pessoa no Brasil se aposentar e deixar de trabalhar.

Na folha de São Paulo esta demonstrando o Ranking dos países que mais poupam para a velhice. Conforme o BANCO MUNDIAL – GLOBAL FINDEX, o Brasil esta em 101º lugar no ranking entre 144 países. Já o Canadá seguido pelos Estados Unidos é os países que mais poupam pensando no futuro e na aposentadoria.

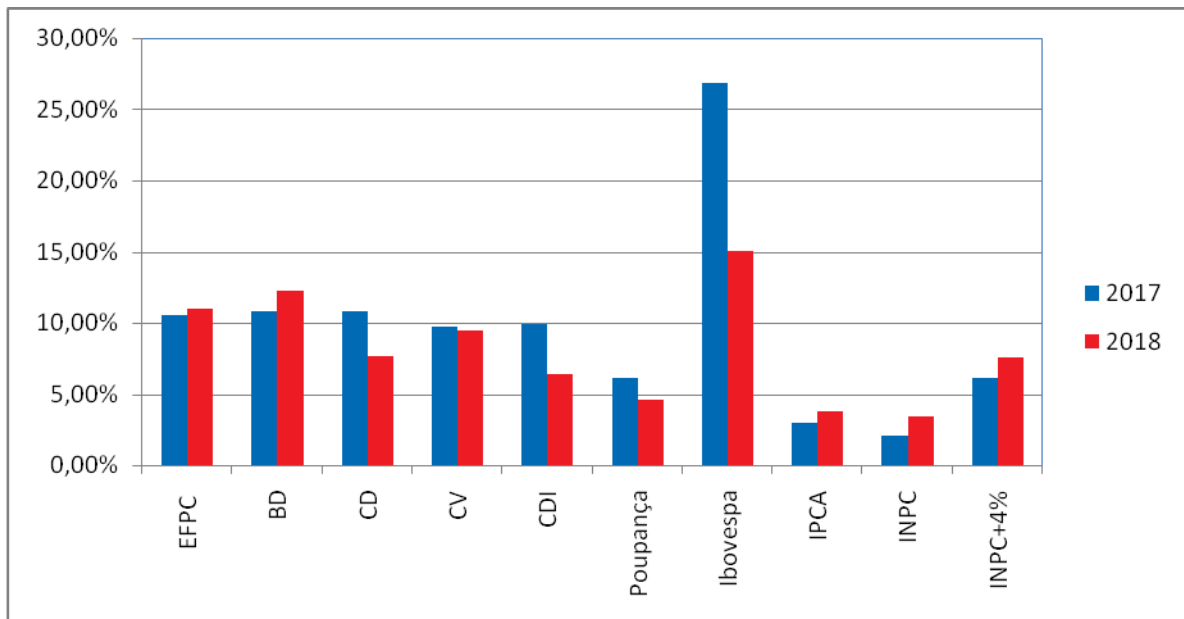
Benefícios pagos pelos INSS da America Latina, comparação do Brasil com alguns países. Conforme site do BANCO MUNDIAL.

- **Argentina:** mínimo de 3.821 pesos argentinos (1200 reais)
- **México:** mínimo de aproximadamente 1.600 pesos mexicanos (300 reais)
- **Brasil:** mínimo de 772 reais
- **Colômbia:** mínimo de 644.350 pesos colombianos (730 reais)
- **Peru:** mínimo de 415 novos sóis (370 reais)

De acordo estatística retirada do site da SRPC, podemos visualizar no gráfico qual o melhor indicador dos investimentos em 2018. E as EFPC esta em terceiro em relação as 10 principais formas de investimentos, ganhando da poupança, CDI entre outras consideradas uma forma segura de se investir. As EFPC perdem somente para o IBOVESPA e o Benefício Definido – BD.

Como já foi dito anteriormente, o BD é quando a pessoa investe pensando no futuro sabendo qual o valor que irá pegar quando se aposentar, por este motivo que muitas pessoas investem em BD.

Para visualizar melhor o quadro de comparações, esta no ANEXO IV.

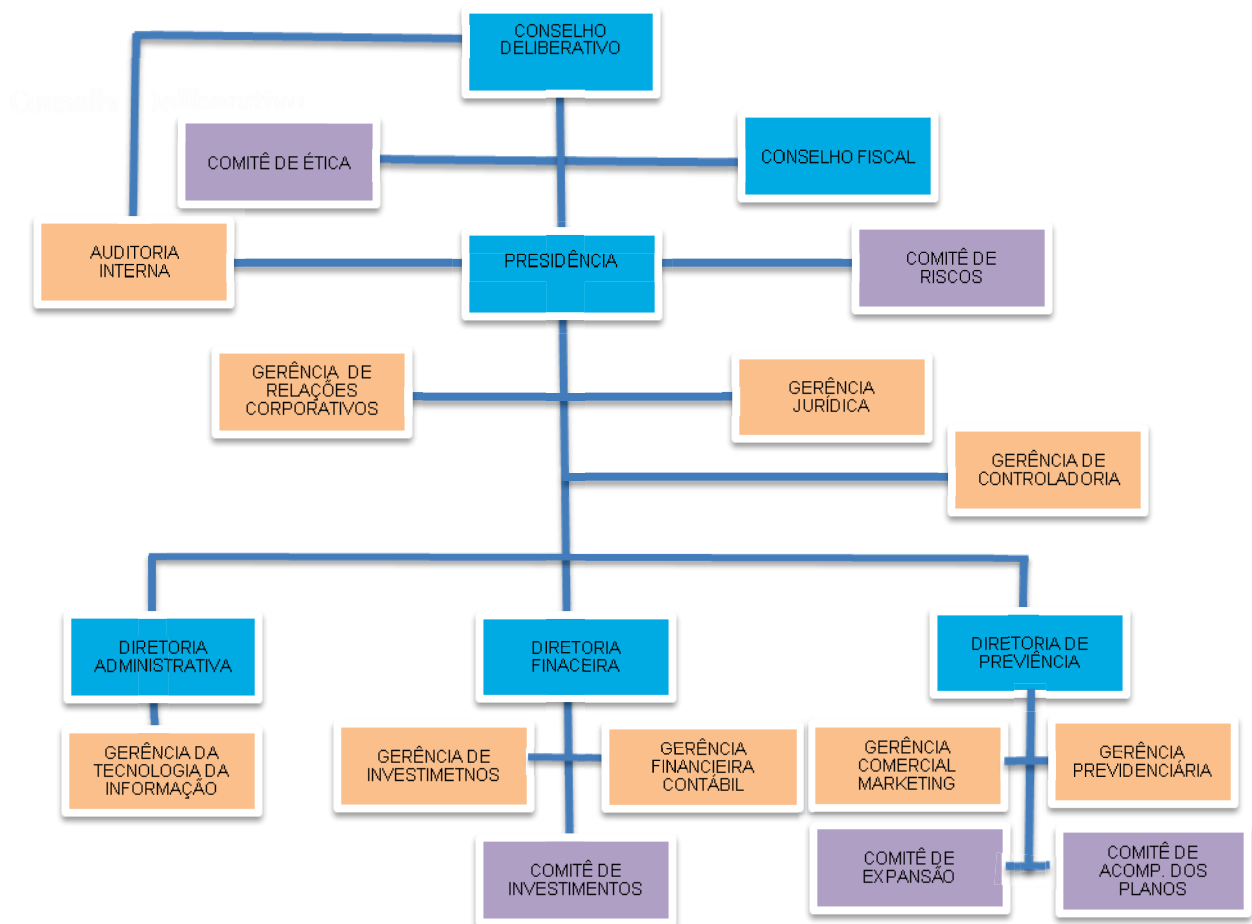


FONTE: adaptado do site PREVIDÊNCIA.GOV.

6. ESTUDO DE CASO

Este item visa analisar outros fundos de investimentos para fazer a comparabilidade juntos a empresa para verificar qual a melhor rentabilidade e taxa administrativas. Como já foi dito anteriormente, a empresa que será analisada é uma EFPC sem fins lucrativos, que administra os recursos mensais de seus colaboradores e seus dependentes através da previdência complementar fechada, é uma empresa que está situada no Rio Grande do Sul e por questões éticas, preservaremos o Razão Social da mesma.

6.1 Estrutura organizacional da empresa:



FONTE: adaptado do RELATÓRIO ANUAL 2018, P 03.

Para atrair novos participantes, a empresa criou em dezembro de 2010 o Plano Família Associativo e o Plano Família Corporativo de Previdência Complementar, ambas administrado por uma EFPC.

Hoje a empresa já conta com mais de 1566 participantes e um patrimônio superior a R\$ 12 milhões. Conforme dados colhidos na EMPRESA.

A rentabilidade acumulada desde o lançamento (dezembro 2010) até dezembro de 2018 é de 122,5%, praticamente o dobro da inflação registrada no mesmo período pelo INPC, que foi de 59,12%, e bem superior à poupança, que foi de 71,13%. É, sem dúvidas, a opção mais sólida e segura para realizar os teus sonhos no futuro.

Vou falar um pouco dos dois Planos, mas o plano que iremos analisar é o Associativo. Como eu também trabalho em uma empresa de EFPC, e estamos com o projeto de implantar o Plano Família Associativo – PFA na empresa, então este trabalho terá o intuito de buscar a compreensão do Plano Família Associativo de Previdência Complementar e demonstrá-lo o quanto é importante.

O Plano Família Corporativo é destinado para as empresas de qualquer segmento e é direcionado aos colaboradores das empresas, ou seja, os que estão ativos. O PFC oferece aos seus participantes as menores taxas administrativas e também os melhores índices de retornos de rentabilidade no mercado financeiro. Estas administradoras buscam empresas que pensam não somente em seu patrimônio, mas também no futuro dos seus funcionários. Neste PFC somente poderá participar ou se associar ao plano, pessoas que tenham vínculos empregatícios.

O PFC, cartilha da empresa, pág. 6.

Empregados em atividade nas Patrocinadoras, ou seja, os integrantes do respectivo quadro funcional, sendo equiparáveis a estes os gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo e outros dirigentes.

O PFC é um plano cuja sua modalidade é de Contribuição Definida, onde o percentual da contribuição é dividido entre a empresa e o participante (funcionário).

O PFC, conforme site, cartilha da empresa.

É um plano de Contribuição Definida (CD), ou seja, o participante contribui mensalmente com um percentual fixo do seu salário. Além disso, a empresa também contribui todo mês para formar a poupança para a futura aposentadoria do participante. Nessa modalidade o benefício futuro dependerá da capacidade de acumulação de recursos do participante, e da rentabilidade obtida na aplicação dos recursos, até a data da aposentadoria. Este percentual é definido anualmente no Plano de Custeio do Família Previdência Corporativo e é amplamente divulgado aos Participantes do Plano.

Já no Plano Família Associativo, para que uma pessoa possa ser participante, precisa ter vínculo com associações, sindicatos, ou ser dependentes de colaboradores das empresas que prestam este serviço.

Conforme site da PREVIC.

Em 2001 foi editada a Lei Complementar nº 109, que estendeu a Previdência Complementar Fechada aos trabalhadores vinculados a entidades representativas, como os sindicatos, cooperativas, associações, órgãos de classe e outras entidades de caráter classista, profissional e setorial. Essa modalidade de acesso passou a ser denominada “Previdência Associativa”.

Neste plano, a contribuição é mensal e também será na modalidade de CD. Mas o participante que escolhe o valor de acordo a sua situação financeira. Este plano não vai ter a contribuição da patrocinadora igual ao PFC, pois este plano foi criado para oferecer um plano de previdência privada com intuito de fornecer uma segurança a mais para os dependentes de funcionários e de associados conforme foi citado à cima na LC 109.

Quem poderá participar do PFA conforme cartilha da empresa, pag. 5.

- Associados de Entidades instituidoras que firmarem convênio de adesão ao Plano;
- Pessoas físicas vinculadas direta ou indiretamente às pessoas jurídicas associadas às Entidades instituidoras que firmarem convênio de adesão ao Plano;
- Pessoas físicas que já são Participantes de algum dos Planos administrados pela empresa bem como seus dependentes.

Além de o participante ter uma segurança a mais para ele e sua família contribuindo para uma aposentadoria melhor e mais digna através destas EFPC, existe muitos outros benefícios conforme é citado na cartilha da própria EMPRESA, pag. 5.

- Aposentadoria Normal a partir dos 50 anos de idade e 5 anos de contribuição.
- Benefício por Morte na forma de renda mensal ou pagamento único.
- Abono anual.
- Resgate.
- Portabilidade.
- Pecúlio por Invalidez.

O benefício do PFA também pode ser direcionado a qualquer pessoa em caso de morte do beneficiário. O resgate do valor poderá ser mensal ou e uma única parcela.

A empresa também disponibiliza em seu site uma cartilha e o regulamento para quem quiser conhecer a fundo este conceito sobre EFPC, os Planos que ela fornece e administra. A empresa esta no mercado com o PFA desde 2010, eu irei demonstrar através dos dados colhidos na empresa como é importante ter uma segunda aposentadoria. Este tipo de investimento é para períodos de longos prazos.

Neste trabalho pretendo mostrar para as pessoas como é vantajoso investir o seu dinheiro em EFPC, para quando for se aposentar, não se deparar com algumas surpresas.

Irei fazer comparações com outros fundos de investimentos, poupança, Certificado de Depósito Interbancário CDI, Sistema Especial de Liquidação e Custódia SELIC, entre outros, para mostrar o quanto esta valendo investir em previdência privada.

Conforme os dados no colhidos no PARECER ATUARIAL, o PFA conta com 1561 Ativos, 1 aposentado e 4 como beneficiários de pensão totalizando 1566 participantes com idade média de 44 anos e com uma Contribuição média de R\$ 254,31.

Principais impactos sofridos pelo PFA de acordo o PRECEER ATUARIAL:

Face as características inerentes a um Plano Instituído não existem riscos atuariais envolvidos e, dessa forma, a situação atuarial desse Plano, por definição, seja em qualquer data, estará em equilíbrio, sem apresentar Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado, já que o Resultado Técnico Acumulado será sempre igual a R\$ 0,00.

A taxa de remuneração dos montantes dos saldos de contas, que é resultante da variação nominal da cota do FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo, obtida de janeiro a dezembro de 2018, foi de 9,60%.

6.2 Plano de Custeio

A empresa criou uma tabela de contribuição que melhor encaixe na situação financeira do participante, claro que maior o valor da contribuição maior será o valor que irá pegar na aposentadoria. Esta tabela esta disponível no site da empresa e na cartilha.

6.3 Tabela de Contribuições e Taxas Administrativas:

Contribuição Programada	50,00 a 99,99	100,00 a 149,99	150,00 a 199,99	200,00 a 249,00	250,00 a 299,99	300,00 a 349,99	350,00 a 399,99	400,00 a 449,99	450,00 ou mais
Percentual	4,00	3,75	3,50	3,25	3,00	2,75	2,50	2,25	(*)

FONTE: CARTILHA DA EMPRESA, PÁG. 8.

Conforme relatório anual da empresa, PARECER ATUARIAL. A taxa de Administração sobre o Patrimônio é de 1,00% ao ano, revista anualmente, e cuja aplicação se dá mensalmente sobre o Patrimônio do penúltimo dia útil da carteira de investimentos do PFA.

Como a natureza da empresa é do segmento de Contribuição Definida – CD, ela não registra resultados positivos e nem negativos ao longo do tempo porque através dos resultados técnicos será sempre igual a 0.

De acordo o PARECER ATUARIAL, não existe risco atuarial neste plano, sempre haverá um equilíbrio técnico.

Demonstrações de Resultado de acordo o PARECER ATUARIAL:

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS									R\$ mil
Descrição	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	12.553	4.905	3.067	1.764	1.168	713	470	0	0
1. Provisões Matemáticas	12.488	4.880	3.049	1.752	1.162	709	469	0	0
1.1 Benefícios Concedidos	183	0	3.049	1.752	0	0	0	0	
Contribuição Definida	183	0	3.049	1.752					
1.2 Benefícios a Conceder	12.305	4.880	0	0	1.162	709	469	0	0
Contribuição Definida	12.305	4.880	0	0	1.162	709	469	0	0
Saldo de Contas – parcela particip.	12.305	4.880			1.162	709	469		
4. Exigível Operacional	7	2	4	3	0	1	0	0	0
4.1. Gestão Previdencial	5	2	4	3		1	0		
4.2. Investimentos – Gestão Previd.	2								
5. Exigível Contingencial	58	23	14	9	6	3	1	0	0
5.2 Investimentos – Gestão Previd.	58	23	14	9	6	3	1		

FONTE: adaptado dos RELATÓRIOS ANUAIS DA EMPRESA.

7 Demonstrações Contábeis e Administrativas.

Os administradores são responsáveis por divulgar, elaborar as demonstrações contábeis para dar continuidade à atividade da empresa.

As Demonstrações de acordo Relatório Anual, 2015 houve alteração no PGA – Plano de Gestão Administrativo conforme Relatório Anual 2018.

O Regulamento do PGA sofreu alterações em 17/12/2015, aprovadas pelo Conselho Deliberativo na Ata 667. Para o Plano Instituidor FAMÍLIA ASSOCIATIVO a cobertura das despesas administrativas é realizada com base na taxa de administração decrescente variando de 4% a 2%, incidente sobre a contribuição programada, cobrada dos participantes e por taxa de administração de investimentos 0,5% do patrimônio do Plano de Benefício.

De acordo dados colhidos na empresa, foram gastos em torno de R\$ 277 mil com obrigações e taxas administrativas desde quando a empresa começou com as

suas atividades, gastando em torno de R\$ 2.885,41 mensais. Se dividirmos (simulação) o valor das taxas administrativas mensais pelo número de participantes, ficará em torno de R\$ 1,84 para cada um. Muito pouco cobrado perto de outros fundos de investimento. Dependendo da contribuição do participante, o valor pode alterar para mais ou menos.

Analizando o Balanço Patrimonial desde 2010 até 2018 o Plano Família Associativo - PFA vem crescendo constantemente durante os anos, somente no ano de 2013 que a empresa obteve uma queda devido a causa de três fatores econômicos conforme a empresa explica em seu RELATÓRIO ANUAL.

Três fatores macroeconômicos brasileiros influenciaram diretamente os resultados da PFA em 2013: taxa de juros (SELIC), inflação e câmbio. Esses indicadores tiveram um desempenho em 2013, muito aquém das expectativas dos agentes de mercado, o que, por sua vez, acabou impactando, negativamente, sobretudo as rentabilidades dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável. No segmento de renda fixa, a Entidade possuía em carteira 39,79% dos recursos investidos em títulos públicos (NTN-B), sendo o apereçamento dos mesmos sobre o critério de marcação a mercado, onde a instabilidade econômico/ financeira observada ao longo do ano acarretou em maior volatilidade desses títulos, levando assim a rentabilidade para baixo. No segmento de renda variável os principais destaques negativos, na carteira própria de ações (preço da ação em dezembro de 2013 comparativamente a dezembro de 2012) foram Petrobras, Vale, ALL, Cyrela, Lojas Renner, BVM&Bovespa S/A, BRMalls e OGX, onde esta última solicitou recuperação judicial em outubro de 2013.

Em Dezembro de 2018, o PFA teve uma rentabilidade líquida de 9,60%, um ótimo desempenho, considerando as altas e baixas da bolsa de valores. No segmento da Renda Fixa, o que representa 90% da carteira compostos por Títulos Públicos, o PFA teve uma rentabilidade no período de 9,97%. Já na Renda Variável que representa 9% dos investimentos, teve uma rentabilidade de 9,96%. O estruturado que representa 0,8% dos investimentos teve uma desvalorização de - 9,16% e por fim o Imobiliário que representa 0,3% obteve rentabilidade de 6,28%. De acordo Relatório Anual 2018, pág. 16.

Observando os Demonstrativos de Investimentos do PFA: O PFA teve um aumento significativo no total dos investimentos no ano de 2018 comparado com o ano de 2017. Este aumento significativo foi devido ao aumento de participantes e também no aumento do valor da contribuição.

Em 2017, o PFA contava com 692 participantes com uma média de contribuição de R\$ 162,92 conforme RELATÓRIO ANUAL 2017. Em 2018 como já foi dito anteriormente, o PFA esta com um total de 1566 participantes e com uma média de R\$ 254,31 em contribuições, praticamente a empresa duplicou o número de seus participantes e os valores das contribuições.

Quanto maior o número dos participantes e maiores for o valor da contribuição de cada um, o valor do rendimento também será maior, onde o valor calculado do benefício é o saldo das contribuições acumuladas. Muitos participantes perceberam que quanto maior o valor da contribuição, maior será o seu saldo final.

7.1 Demonstrativos dos Investimentos

Podemos ver no Demonstrativo de investimentos, o quanto a empresa cresceu desde 2017 para 2018.

DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS									R\$ mil
Descrição	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Total dos Investimentos	12.493.057	4.882.017	3.052.786	1.755.242	1.161.957	710.003	468.333	179.695	943
1. GESTÃO TERCEIRIZADA	2.611.706	491.373	423.315	598.972	295.190	180.774	113.515	38.874	271
Fundos de Renda Fixa	2.254.531	313.981	263.287	412.730	47.459	24.105	15.714	1.762	82
Fundos Invest. Direitos Creditórios - FIDC	-1	623	1.837	3.032	5.846	8.272	6.682	4.826	11
Fundos de Renda Variável	263.249	137.225	40.622	47.523	74.243	47.009	28.626	5.014	21
Fundos de Índice - Renda Variável	73.948	18.197	5.747	0				11.233	68
Fundos de Investimento em Participações	7.320	7.910	98.870	122.750	147.299	89.500	56.465	16.039	89
Fundos de Investimento Imobiliário	9.540	10.292	9.790	9.160	8.172	4.195	1.532		
Fundos de Investimento Multimercado	3.119	3.145	3.162	3.777	12.170	7.692	4.495		
2. GESTÃO PRÓPRIA	9.938.856	4.413.364	2.643.813	1.165.271	872.386	532.679	356.720	141.676	676
Disponível	26.634	17.067	6.270	10	673	306	471	338	1
Renda Fixa	9.020.649	3.780.300	2.444.544	1.008.120	676.023	408.988	276.541	108.726	494
Cêdulas de Crédito Bancário - CCB				0	5.585	5.960	5.456		
Debêntures	62.256	64.784	76.060	84.982	90.826	61.097	45.977	24.652	98
Dep. A Prazo com Garantia Especial - DPGE	0	-1	4.494	5.797	23.944	23.636	15.024	6.888	32
Letras Financeiras	55.657	49.881	43.193	35.457	23.388	12.780	8.264	4.405	5
Títulos Públicos	5.486.397	2.776.033	1.840.701	881.885	504.822	287.657	194.724	72.680	360
Operações Compromissadas	3.416.339	889.602	480.095	0					
Renda Variável	863.265	586.724	163.282	122.469	195.690	123.385	79.707	32.612	181
Carteira de Ações	863.265	586.724	163.282	122.469	195.690	123.385	79.707	32.612	181
Imobiliário	28.308	29.274	29.716	34.672	27.457	17.859	7.095		
Imóveis	-	-							
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	28.308	29.274	29.716	34.672	27.457	17.859	7.095		
3. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DE INV.	-57.505	-22.720	-14.342	-9.000	-5.619	-3.451	-1.901	-855	-4

FONTE: adaptado dos RELATÓRIOS ANUAIS DA EMPRESA.

No quadro abaixo estão as rentabilidade por segmento conforme dados colhidos no Relatório Anual da EMPRESA. Aqui temos a Renda Fixa, Variável,

Estruturado e Imobiliário. Estes percentuais, principalmente o do ano de 2018 e o do ano de 2103 já foram comentados anteriormente que é o que deu maior impacto durante o tempo em que o plano esta em atividade.

7.2 Rentabilidades dos Investimentos

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS									
Renda Fixa	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Líquida	9,97	11,38	20,67	13,37	13,11	-7,68	23,69	16,31	0,16
Meta	13,06	12,79	24,81	8,88	14,97	-10,25	19,75	13,09	-
Atingida	76,34	88,98	83,31	150,56	87,58	74,93	119,95	124,60	-
Renda Variável	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Líquida	9,96	26,18	28,58	-11,14	-3,16	-5,46	10,9	-10,06	0,63
Meta	15,42	27,54	36,7	-12,41	-2,78	-3,13	9,29	14,32	-
Atingida	64,59	95,06	77,87	89,77	113,67	174,44	117,33	-70,25	-
Renda Estruturado	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Líquida	-9,16	4,46	25,64	-11,37	12,85	-5,22	71,44	11,66	0,09
Meta	11,71	10,23	15,11	20,18	14,92	14,38	-213,77	12,24	-
Atingida	-78,22	43,60	169,69	-56,34	86,13	-36,30	-33,42	95,26	-
Renda Imobiliário	2018								
Líquida	6,28								
Meta	5,67								
Atingida	110,76								

FONTE: adaptado dos RELATÓRIOS ANUAIS DA EMPRESA.

Para finalizar, segue abaixo o quadro onde foram feitos as comparações dos fundos de investimentos com o do fundo de investimentos Líquido e Consolidado da empresa PFA. Conforme podemos observar no quadro, em média, o percentual do PFA e o Consolidado estão melhor que muitos outros fundos de investimentos. A EFPC que cuida do PFA, também cuida de mais onze Planos de Previdência (empresas), por isso estou demonstrando o PFA e o Consolidado.

Observando as rentabilidades anuais, podemos verificar que esta com uma rentabilidade ótima, somente no mês de 2013 que houve uma caída significativa em sua rentabilidade, conforme já foi mencionado anteriormente.

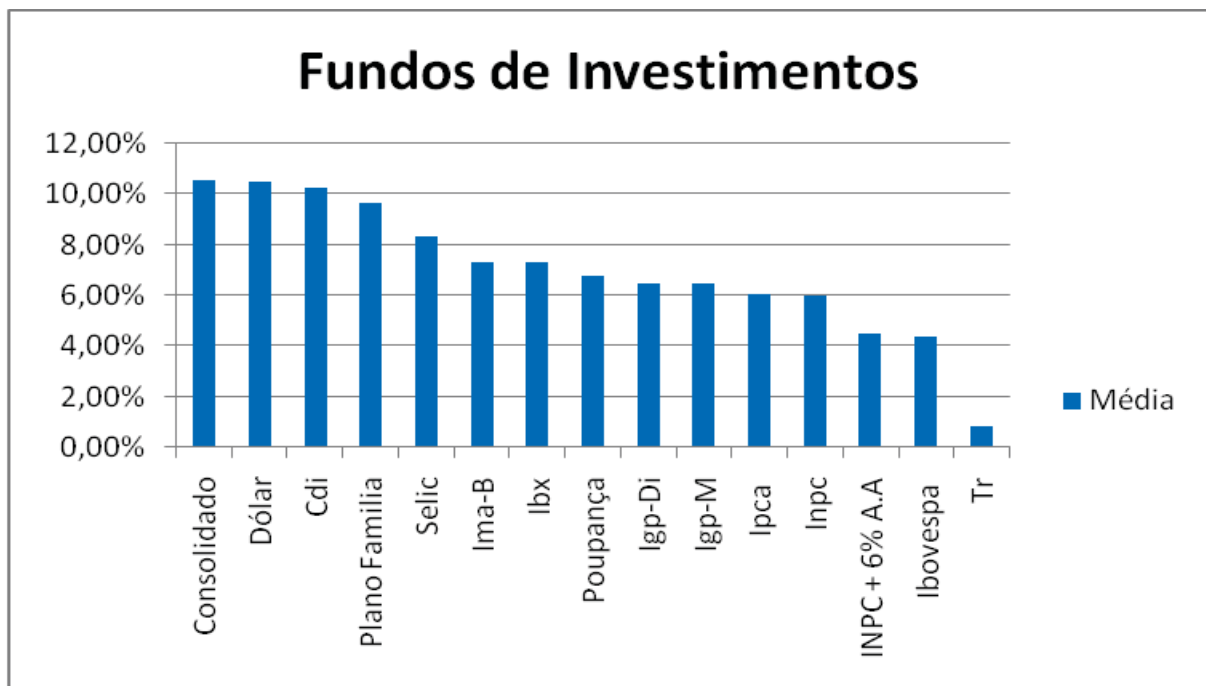
7.3 Comparações entre os Fundos

COMPARAÇÕES DO PFA COM OUTROS FUNDOS DE INVESTIMENTOS										
Plano Previdenciário	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Média
Consolidado	12,29	13,56	26,03	6,12	11,36	-5,11	22,78	7,97	0,28	10,59%
Plano Família	9,60	11,89	21,68	7,29	9,12	-6,91	24,98	9,18	0,28	9,68%
Mercado	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Média
Poupança	4,62	6,89	8,35	7,94	7,02	5,67	6,25	7,50	6,90	6,79%
Cdi	6,42	9,95	14,00	13,23	10,81	8,06	8,41	11,59	9,74	10,25%
Selic	6,63	10,01	13,65	14,15	11,65	9,90	7,29	1,21	0,69	8,35%
Ipca	3,75	2,95	6,29	10,67	6,41	5,91	5,84	6,50	5,91	6,03%
Inpc	3,43	2,07	6,58	11,28	6,23	5,56	6,20	6,08	6,47	5,99%
Igp-M	7,55	-0,53	7,19	10,54	3,67	5,53	7,81	5,10	11,32	6,46%
Igp-Di	7,10	-0,42	7,15	10,68	3,78	5,53	8,11	5,00	11,30	6,47%
INPC + 6% A.A						2,43	12,57	12,44	12,85	4,48%
Tr		0,60	2,01	1,80	0,86	0,19	0,29	1,21	0,69	0,85%
Ima-B	13,06	12,79	24,81	8,88	14,54	-10,02		1,21	0,69	7,33%
Dólar (Ptax)	17,13	1,50	-16,54	47,01	13,39	14,64	8,94	12,58	- 4,31	10,48%
Ibovespa	15,03	26,86	38,93	-13,31	-2,91	-15,51	7,40	- 18,11	1,04	4,38%
Ibx	16,99	27,55	36,70	-12,41	-2,78	-3,13	11,55	- 11,39	2,61	7,30%

FONTE: adaptado dos RELATÓRIOS ANUAIS DO PFA.

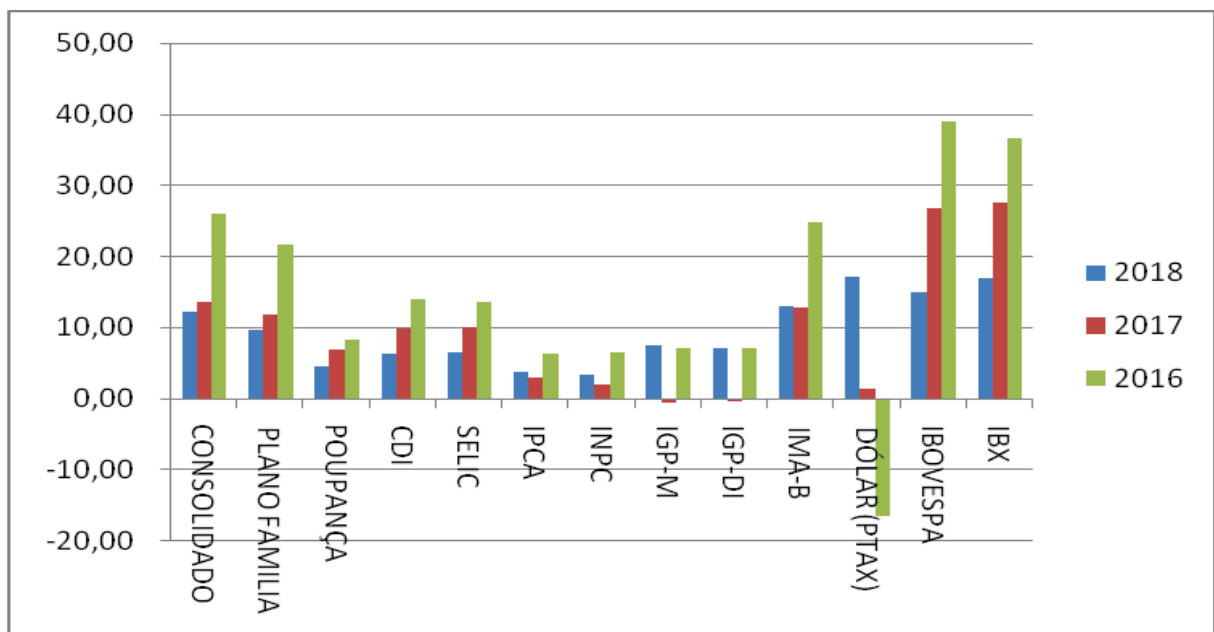
Média dos últimos 9 anos, desde quando a empresa iniciou suas atividades com o PFA, visualizando o gráfico a baixo, mostra o quanto a empresa de previdência privada pode render. Isto porque a empresa conta com 1566 participantes, como já foi dito antes. Se a empresa tivesse mais participantes e com o valor de contribuição maior, pode ter certeza que a rentabilidade da empresa seria muito maior.

Gráfico PFA.



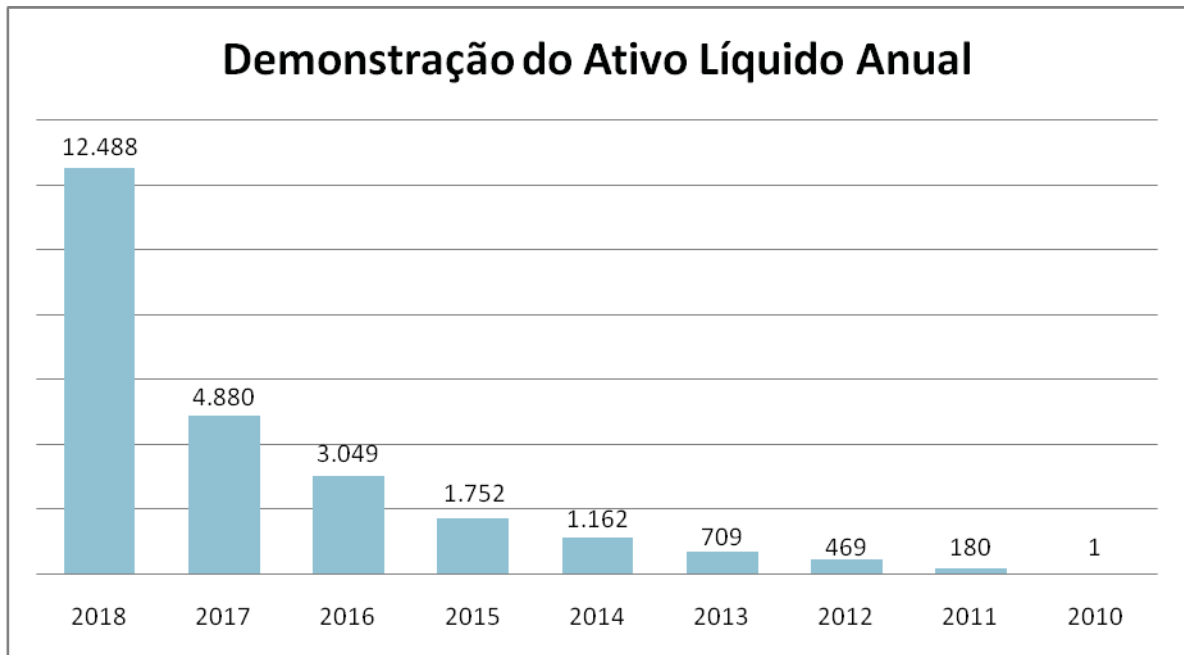
FONTE: adaptados dos RELATÓRIOS ANUAIS DA EMPRESA.

Gráfico comparativo dos últimos três anos com outros fundos para se ter uma idéia de como é vantajoso investir em Previdência Privada.



FONTE: adaptado dos RELATÓRIOS ANUAIS DO PFA.

Através do gráfico podemos analisar o quanto a empresa cresceu desde que se iniciou as suas atividade com o PFA, e também o quanto ela pode crescer.



FONTE: adaptado dos RELATÓRIOS ANUAIS DO PFA.

8. CONCLUSÃO

O intuito deste trabalho foi o de demonstrar através das análises realizadas em uma empresa de previdência complementar fechada, comparando-a com outros fundos de investimentos no sentido de verificar qual obtém a melhor rentabilidade e qual o mais vantajoso.

Através das análises feitas, podemos observar o quanto estão crescendo estas entidades. Foram realizadas as comparações dos fundos de investimentos e conclui-se que a previdência privada é o mais lucrativo, vantajoso do que a poupança ou qualquer outro fundo de investimento. Além de ter uma rentabilidade ótima, as EFPC oferecem benefícios que os outros não oferecem. Isto é um diferencial das EFPC e que se preocupam com o futuro de seus colaboradores.

Como investir em previdência fechada é um investimento futuro, de longo prazo. Além de pagar as menores taxas, é uma forma segura, de proteção do seu patrimônio. Podemos observar no quadro acima (Fundo de Investimentos, p. 31) a média dos anos em que a empresa encontra-se em atividade, esta melhor que todos os outros fundos comparados, então imaginem daqui a 30, 35 anos de contribuição.

Ficou comprovado através do estudo de caso que o melhor investimento é realmente na Previdência Complementar Fechada.

9. REFERÊNCIAS

<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previdencia-complementar/>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp109.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp108.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6435.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4206.htm#44

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art202

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D81402.htm

<https://www.fcopel.org.br/pesquisa?search=plano%20fam%C3%ADlia&tab=posts>

<http://fundacoes/?q=bif-online/fusan-quer-saber-o-que-voc%C3%AA-pensa-sobre-ter-um-plano-fam%C3%ADlia-de-previd%C3%AAncia>

<http://cnseg.org.br/fenaprevi/servicos-apoio/noticias/pesquisa-fenaprevi-ipsos-aponta-que-43-dos-brasileiros-veem-necessidade-de-reforma-da-previdencia.html>

<http://cnseg.org.br/cnseg/servicos-apoio/noticias/pesquisa-mostra-que-38-dos-brasileiros-estao-dispostos-a-guardar-para-o-futuro.html>

http://conteudopublicacoes1.com.br/releases/Apresentacao_Ipsos_Press_Kit.pdf

<http://sebraeprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GoverCorp.pdf>

<https://www.fundacaocee.com.br/index.php/2019/03/19/familia-previdencia-e-opcao-de-investimento-para-o-futuro/>

<http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/03/sppcinforme18.12.pdf>

<https://www.capesesp.com.br/web/pep/previdencia-complementar;jsessionid=A38D0DB3281439BE3438A5E23C4B1DD8>

http://sa.previdencia.gov.br/site/arquivos/office/3_090119-102133-452.pdf

<https://www.familiaprevidencia.com.br/uploads/files/6a740d1aaa56f8ec49e96e3831e6050a.pdf>

<https://www.familiaprevidencia.com.br/uploads/files/33cf63e8762690f1b731e8d3600f66df.pdf>

<http://www.previc.gov.br/a-previdencia-complementar-fechada/previdencia-associativa-e-instituidor-1>

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/mais-brasileiros-poupam-para-a-velhice-mas-pais-e-101o-em-ranking-global.shtml>

<http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2015/02/09/jubilarse-a-los-65-inalcanzable-para-millones-de-latinoamericanos>

<http://www.abrapp.org.br/Paginas/O-Sistema.aspx>

Revistas da ABRAPP – ICSS – SINDAPP – UNIABRAPP. Plano Instituído Setorial: Previdência Complementar, 12/2018.

http://www.abrapp.org.br/Consolidados/Consolidado%20Estat%C3%ADstico_11.2018.pdf

ANEXOS

ANEXO I DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações Contábeis, Administrativas do PFA, desde 2010, quando a EFPC iniciou suas atividades com o PFA, até Dezembro de 2018.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO ANUAL									R\$ mil
Descrição	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
1. Ativo	12.640	4.934	3.076	1.774	1.177	714	470	181	1
Disponível	27	17	6		1				0
Recebível	87	29	10	10	9				0
Investimentos	12.526	4.888	3.060	1.764	1.167	714	470	181	1
Títulos Públicos	8.903	3.666	2.321	882	505	289	195	73	0,4
Créditos Privados e Depósitos	146	144	153	161	171	121	82	36	0,1
Ações	863	587	163	122	196	123	80	33	0,2
Fundos de Investimentos	2.614	491	423	599	295	181	113	39	0,3
2. Obrigações	65	25	18	12	6	4	1	1	0
Operacional	7	2	4	3		1		1	0
Contingencial	58	23	14	9	6	3	1		0
3. Fundos não Previdenciais	87	29	9	10	9	1	0	0	0
Fundos Administrativos	87	29	9	10	9	1	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3)	12.488	4.880	3.049	1.752	1.162	709	469	180	1
Provisões Matemáticas	12.488	4.880	3.049	1.752	1.162	709	469	180	1

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO ANUAL									R\$ mil
Descrição	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
A) Ativo Líquido Início do Exercício	4.880	3.049	1.752	1.162	709	469	180	1	0
1. Adições	8.316	2.154	1.468	731	560	354	305	183	1
(+) Contribuições	7.176	1.660	993	592	406	308	238	172	1
(+) Resultado Negativo Líq. Invest.	1.140	494	475	139	154	46	67	11	0
2. Destinações	-708	-323	-171	-141	-107	-114	-16	-4	0
(-) Benefícios	-351	-203	-118	-77	-17	-16	-7	0	0
(-) Resultado Negativo Líq. Invest.	-306	-94	-34	-47	-78	-90	-3	-1	0
(-) Custeio Administrativo	-51	-26	-19	-17	-12	-8	-6	-3	0
3. Acréscimo/ Decréscimos Ativo Líq.	7.608	1.831	1.297	590	453	240	289	179	1
(+/-) Provisões Matemáticas	7.608	1.831	1.297	590	453	240	289	179	1
B Ativo Líquido - Final do Exercício	12.488	4.880	3.049	1.752	1.162	709	469	180	1
C) Fundos não Previdenciais	87	29	9	10	9	0	0	0	0
(+/-) Fundos Administrativos	87	29	9	10	9	0	0	0	0

FONTE: adaptado dos RELATÓRIOS ANUAIS DO PFA.

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO D BENEFÍCIOS									R\$ mil
Descrição	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	12.553	4.905	3.067	1.764	1.168	713	470	0	0
1. Provisões Matemáticas	12.488	4.880	3.049	1.752	1.162	709	469	0	0
1.1 Benefícios Concedidos	183	0	3.049	1.752	0	0	0	0	
Contribuição Definida	183	0	3.049	1.752					
1.2 Benefícios a Conceder	12.305	4.880	0	0	1.162	709	469	0	0
Contribuição Definida	12.305	4.880	0	0	1.162	709	469	0	0
Saldo de Contas - parcela particip.	12.305	4.880			1.162	709	469		
4. Exigível Operacional	7	2	4	3	0	1	0	0	0
4.1. Gestão Previdencial	5	2	4	3		1	0		
4.2. Investimentos - Gestão Previd.	2								
5. Exigível Contingencial	58	23	14	9	6	3	1	0	0
5.2 Investimentos - Gestão Previd.	58	23	14	9	6	3	1		

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA									R\$ mil
Descrição	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
A) Fundo Adm. do Exercício Anterior	30	10	10	9	0	0	0	0	0
1. Custeio da Gestão Administrativa	102	48	34	25	23	10	7	3	0
1.1 Receitas	102	48	34	25	23	10	7	3	0
Custeio Adm. da Gestão Previdencial	50	26	19	16	12	8	6	3	
Receitas Diretas	1								
Custeio Adm. dos Investimentos	43	20	12	8	5	2	1		
Resultado Positivo Líquido dos Invest.	8	2	3	1	6				
2. Despesas Administrativas	-42	-27	-34	-24	14	10	7	3	0
2.1 Administração Previdencial	-22	-13	-17	-12	13	5	7	3	0
2.1.1 Despesas Comuns	-22	-13	-17	-12	13	5	7	3	
2.2 Administração dos Investimentos	-20	-14	-17	-12	1	5	0	0	0
2.2.1 Despesas Comuns	-20	-14	-17	-12	1	5			
5. Resultado Negativo Líq. dos Invest.	-1	-1							
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Adm.	-59	-20	0	1	9	0	0	0	0
7. Constituição/Reversão do Fundo Adm.	-59	-20		1	9				
B) Fundo Adm. do Exercício Atual	89	30	10	10	9	0	0	0	0

FONTE: adaptado dos RELATÓRIOS ANUAIS DO PFA

Balanço Patrimonial da EFPC, a empresa cuida de onze planos de previdência, e um deles é o PFA, conforme já foi dito antes.

Ativo – Balanço Patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL - BALANÇO PATRIMONIAL									R\$ mil
ATIVO	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Disponível	2.075	2.376	1.995	140	2.859	2.132	5.363	8.150	6.113
Realizável	6.699.435	6.415.959	6.076.160	5.314.619	5.338.187	5.155.445	5.705.650	4.798.509	4.585.510
Gestão Previdencial	342.172	370.874	320.343	300.087	303.842	293.822	280.955	278.600	277.839
Gestão Administrativa	2.265	2.035	1.882	1.852	1.763	2.360	2.273	1.679	1.531
Investimentos	6.354.998	6.043.050	5.753.935	5.012.680	5.032.582	4.859.263	5.422.422	4.518.230	4.306.140
Títulos Públicos	4.359.910	4.137.484	3.653.500	2.837.458	2.141.305	1.924.722	2.214.354	1.752.712	1.567.131
Créditos Privados e Depósitos	455.748	448.641	478.328	501.528	726.192	811.833	930.395	869.268	584.960
Ações	779.691	814.233	670.263	501.874	801.935	799.784	879.974	789.067	788.616
Fundos de Investimentos	524.298	434.576	791.492	1.019.250	1.217.347	1.178.551	1.260.637	937.459	1.181.321
Investimentos Imobiliários	39.779	39.582	38.096	39.810	38.912	41.771	26.107	43.803	50.646
Empréstimos e Financiamentos	195.572	168.534	112.256	112.760	106.891	102.174	110.527	125.566	133.111
Depósitos Judiciais/Recursais						428	428	355	355
Permanente	704	543	659	680	621	673	915	1.043	903
Imobilizado	489	439	525	442	389	341	421	464	334
Intangível	215	104	134	238	232	332	494	579	569
Total do Ativo	6.702.214	6.418.878	6.078.814	5.315.439	5.341.667	5.158.250	5.711.928	4.807.702	4.592.526

FONTE: adaptado dos RELATÓRIOS ANUAIS DO PFA

Passivo - Balanço Patrimonial

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL - BALANÇO PATRIMONIAL									R\$ mil
PASSIVO	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Exigível Operacional	18.751	15.689	14.341	11.422	12.769	12.070	12.344	15.025	18.065
Gestão Previdencial	12.242	11.467	10.511	8.547	9.530	7.060	5.667	4.545	6.584
Gestão Administrativa	4.380	3.677	3.715	2.770	3.168	4.858	6.651	7.813	9.000
Investimentos	2.129	545	115	105	71	152	26	2.667	2.481
Exigível Contingencial	154.426	165.119	363.943	183.438	182.965	190.340	220.633	171.178	105.956
Gestão Previdencial	123.391	136.933	336.846	157.708	159.133	166.824	197.845	149.574	86.132
Gestão Administrativa	1.892	185	183	180			744	642	234
Investimentos	29.143	28.001	26.914	25.550	23.832	23.516	22.044	20.962	19.590
Patrimônio Social	6.529.037	6.238.070	5.700.530	5.120.579	5.145.933	4.955.840	5.478.951	4.621.499	4.468.505
Patrimônio de Cobertura do Plano	6.332.926	6.063.113	5.546.948	4.797.754	4.765.881	4.471.714	4.915.733	4.017.294	4.026.670
Provisões Matemáticas	6.421.818	6.102.948	5.800.867	5.186.555	5.161.324	4.830.485	4.897.369	4.125.021	3.928.462
Benefícios Concedidos	6.841.893	6.613.806	6.252.203	5.577.514	4.931.764	4.338.719	4.018.977	3.440.543	3.125.740
Benefícios a Conceder	995.037	1.004.852	861.045	953.799	1.022.741	1.125.921	1.170.280	1.056.930	1.107.308
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.415.112	1.515.710	1.312.381	1.344.758	-793.181	-634.155	-291.888	-372.452	-304.586
Equilíbrio Técnico	-88.892	-39.835	-253.919	-388.801	-395.443	-358.771	18.364	-107.727	98.208
Resultados Realizados	-88.892	-39.835	-253.919	-388.801	-395.443	-358.771	18.364	-107.727	98.208
Superávit Técnico Acumulado							18.364	-	98.208
(-) Déficit Técnico Acumulado	-88.892	-39.835	-253.919	-388.801	-395.443	-358.771		-107.727	-
Fundos	196.111	174.957	153.582	322.825	380.052	484.126	563.218	604.205	441.835
Fundos Previdenciais	7.673	7.080	5.711	203.261	276.730	394.332	468.530	530.503	376.663
Fundos Administrativos	188.438	167.877	147.871	119.564	103.322	89.766	94.474	71.909	62.623
Fundos dos Investimentos						28	214	1.793	2.549
Total do Passivo	6.702.214	6.418.878	6.078.814	5.315.439	5.341.667	5.158.250	5.711.928	4.807.702	4.592.526

FONTE: adaptado dos RELATÓRIOS ANUAIS DO PFA.

ANEXO II DEMONSTRAÇÃO DA RENTABILIDADE

Demonstrativo de rentabilidade a longo prazo, o quanto antes começar a investir, maior será o valor do resgate.

PERÍODO	INVESTIMENTO MENSAL	RENDIMENTO % AO MÊS	TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	TOTAL DOS RENDIMENTOS	VALOR ACUMULADO NO FINAL DE PERÍODO
1 ANO	100,00	1%	1.200,00	68,25	1.268,25
5 ANOS	100,00	1%	6.000,00	2.166,97	8.166,97
10 ANOS	100,00	1%	12.000,00	11.003,87	23.003,87
15 ANOS	100,00	1%	18.000,00	31.958,02	49.958,02
20 ANOS	100,00	1%	24.000,00	74.925,54	98.925,54
25 ANOS	100,00	1%	30.000,00	157.884,66	187.884,66
30 ANOS	100,00	1%	36.000,00	313.496,41	349.496,41
35 ANOS	100,00	1%	42.000,00	601.095,95	643.095,95

FONTE: SITE CAPESESP.

ANEXO III DADOS ESTATÍSTICOS ABRAPP

Dados Estatísticos gerados pela empresa ABRAPP.



DESTAQUES - NOVEMBRO/18

Os ativos das EFPCs atingiram R\$ 901 bilhões, passando a representar 13,4% do PIB brasileiro. Em novembro a carteira consolidada dos Fundos de Pensão teve um resultado de 1,10%, ficando superior a TJP (0,27%). No ano a rentabilidade acumulada das EFPCs ficou em 12,13%, sendo superior aos 9,42% da Taxa de Juros Padrão. A Renda Fixa, que representa 73% dos ativos, proporcionou retorno de 0,67% e a Renda Variável, que fechou o mês com alocação de 18,9% dos recursos, rentabilizou 3,28% em novembro. Os ativos dos planos instituídos já totalizam R\$ 10,9 milhões e mais de 371 mil participantes.

MERCADO - NOVEMBRO/18

O mês de novembro de 2018 fechou na maior pontuação mensal do Ibovespa no ano, em 89.504 pontos, e uma rentabilidade de 2,38% no mês. Desta forma, o índice passou a acumular alta de +17,15% em 2018. Em relação às taxas prefixadas, na comparação com a curva do final do mês passado, a curva de 30 de novembro apresentou queda para todos os prazos. O dólar por sua vez, fechou novembro em R\$3,86, com alta de 16,79% no ano.

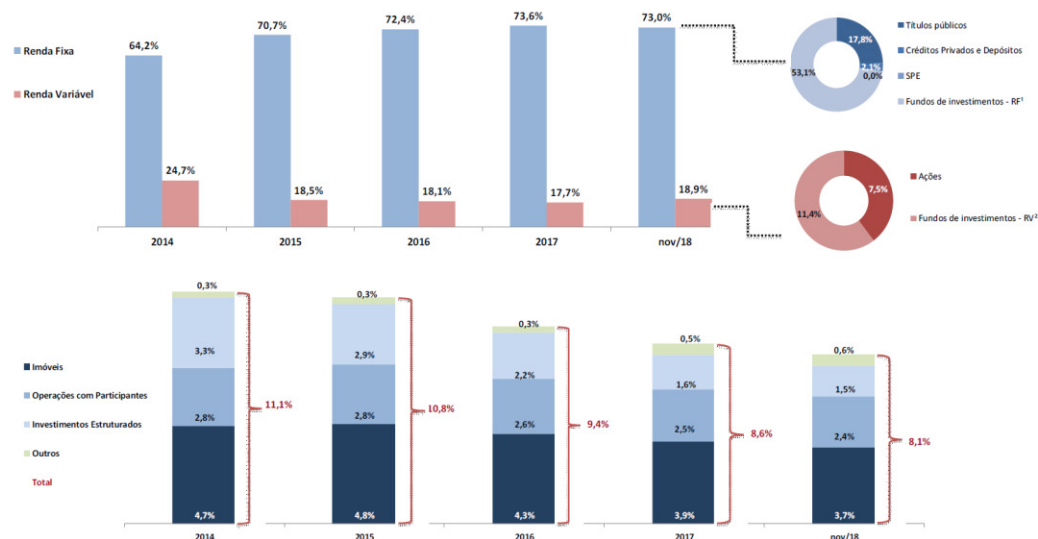
I. CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE APLICAÇÃO

(R\$ milhões)

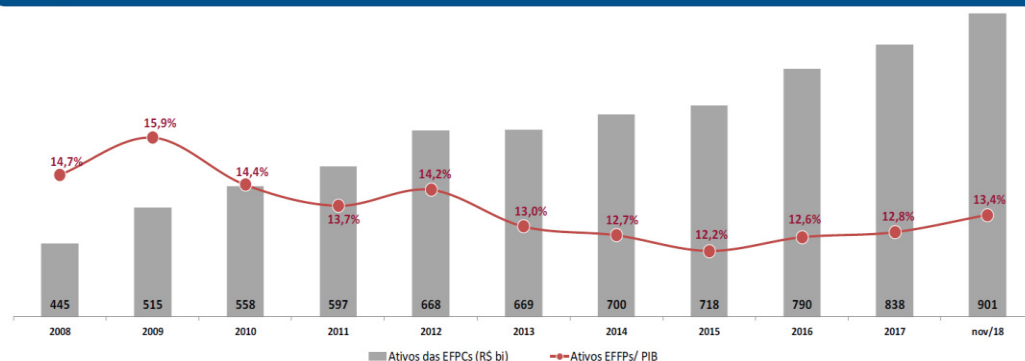
Discriminação	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	nov/18	%
Renda Fixa	349.957	61,0%	396.046	61,7%	386.773	60,4%	431.140	64,2%	483.907	70,7%	546.764	72,4%	592.735	73,6%	632.497	73,0%
Títulos públicos	90.442	15,8%	98.639	15,4%	67.446	10,5%	83.351	12,4%	105.949	15,5%	131.273	17,4%	142.564	17,7%	154.512	17,8%
Créditos Privados e Depósitos	27.508	4,8%	32.619	5,1%	26.672	4,2%	27.099	4,0%	24.473	3,6%	23.843	3,2%	21.341	2,7%	17.993	2,1%
SPE	193	0,0%	213	0,0%	186	0,0%	160	0,0%	142	0,0%	139	0,0%	130	0,0%	85	0,0%
Fundos de investimentos - RF ¹	231.814	40,4%	264.575	41,2%	292.469	45,7%	320.530	47,7%	353.344	51,6%	391.508	51,8%	428.700	53,3%	459.907	53,1%
Renda Variável	172.420	30,1%	183.621	28,6%	185.755	29,0%	166.267	24,7%	126.869	18,5%	137.014	18,1%	142.703	17,7%	163.349	18,9%
Ações	80.407	14,0%	89.404	13,9%	84.213	13,2%	77.026	11,5%	58.445	8,5%	71.536	9,5%	66.706	8,3%	64.891	7,5%
Fundos de investimentos - RV ²	92.013	16,0%	94.217	14,7%	101.542	15,9%	89.241	13,3%	68.425	10,0%	65.478	8,7%	75.997	9,4%	98.458	11,4%
Investimentos Estruturados	13.347	2,3%	17.282	2,7%	19.355	3,0%	22.467	3,3%	19.706	2,9%	16.574	2,2%	13.116	1,6%	12.632	1,5%
Empresas Emergentes	360	0,1%	359	0,1%	346	0,1%	304	0,0%	258	0,0%	326	0,0%	340	0,0%	254	0,0%
Participações	11.875	2,1%	15.016	2,3%	16.819	2,6%	19.546	2,9%	17.422	2,5%	14.342	1,9%	10.963	1,4%	10.622	1,2%
Fundo Imobiliário	1.112	0,2%	1.908	0,3%	2.191	0,3%	2.617	0,4%	2.026	0,3%	1.906	0,3%	1.813	0,2%	1.756	0,2%
Imóveis	20.685	3,6%	25.811	4,0%	28.988	4,5%	31.450	4,7%	32.798	4,8%	32.485	4,3%	31.740	3,9%	31.775	3,7%
Operações com participantes	14.909	2,6%	16.352	2,5%	17.291	2,7%	18.705	2,8%	19.423	2,8%	19.969	2,6%	20.105	2,5%	20.969	2,4%
Empréstimo a Participantes	12.995	2,3%	14.593	2,3%	15.685	2,4%	17.217	2,6%	17.950	2,6%	18.546	2,5%	18.746	2,3%	19.587	2,3%
Financiamento imobiliário	1.914	0,3%	1.760	0,3%	1.606	0,3%	1.488	0,2%	1.473	0,2%	1.424	0,2%	1.360	0,2%	1.382	0,2%
Outros ³	2.411	0,4%	2.613	0,4%	2.165	0,3%	1.901	0,3%	2.213	0,3%	2.289	0,3%	4.405	0,5%	4.811	0,6%
Total	573.729	100,0%	641.725	100,0%	640.328	100,0%	672.054	100,0%	684.916	100,0%	755.096	100,0%	804.803	100,0%	866.033	100,0%

Notas: ¹ Inclui Curto Prazo, Referenciado, Renda Fixa, Multimercado e FIDC; ² Inclui Ações e Índice de Mercado; ³ Inclui Cambial, Dívida Externa, Ações - Companhias Abertas - Exterior, Outros Realizáveis, Derivativos, Outros.

II. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS POR TIPO DE INVESTIMENTO



III. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS* X PERCENTUAL DO PIB

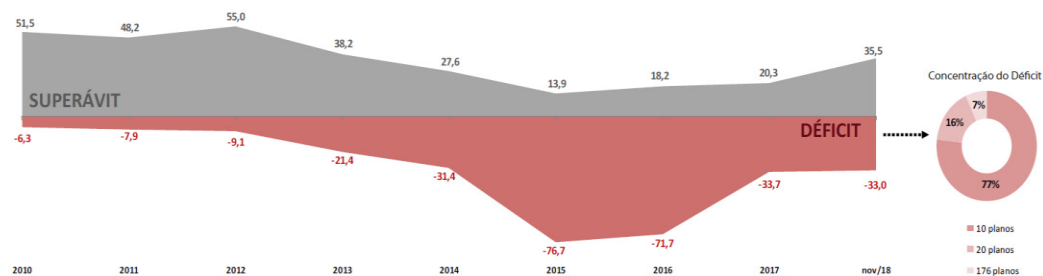


Fonte: IBGE/ABRAPP
O ativo representa o disponível + realizável + permanente
PIB referente ao IV trim/2017 e I, II e III trim/2018
* Valor estimado

IV. EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT E DÉFICIT DAS EFPCs (acumulado)

(R\$ bilhões)

Superávit										Déficit									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	nov/18		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	nov/18
Qtde EFPCs	196	187	186	136	138	127	138	141	144	Qtde EFPCs	43	48	33	92	95	92	80	77	78
Qtde Planos	580	550	516	402	417	398	438	437	456	Qtde Planos	121	153	111	257	237	239	205	193	208



V. COMPARATIVO REGIONAL

Regional*	Quantidade de Entidades**	%	Investimento (R\$ milhões)	%	Participantes Ativos	%	Dependentes	%	Assistidos	%
Centro-Norte	33	12,4%	139.325	16,1%	617.733	23,2%	703.711	17,9%	157.087	18,5%
Leste	15	5,6%	34.337	4,0%	88.054	3,3%	135.150	3,4%	53.523	6,3%
Nordeste	23	8,6%	23.883	2,8%	33.791	1,3%	87.823	2,2%	36.499	4,3%
Sudeste	44	16,5%	402.686	46,5%	483.585	18,1%	1.260.834	32,1%	334.539	39,5%
Sudoeste	105	39,5%	206.176	23,8%	1.134.310	42,5%	1.257.879	32,0%	201.852	23,8%
Sul	46	17,3%	59.625	6,9%	310.660	11,6%	487.504	12,4%	64.411	7,6%
Total	266	100,0%	866.033	100,0%	2.668.133	100,0%	3.932.901	100,0%	847.911	100,0%

* Composição Regional: Centro-Norte - RO, AM, RR, AP, GO, DF, AC, MA, MT, MS, PA, PI e TO. Leste - MG. Nordeste - AL, BA, CE, PB, PE, RN e SE. Sudeste - RJ e ES. Sudoeste - SP. Sul - PR, SC e RS.
** EFPCs da amostra / Obs: Qtde de EFPCs ativas por região de acordo com Estatística Trimestral (set/18) - PREVIC: Centro-Norte = 37, Leste = 16, Nordeste = 26, Sudeste = 50, Sudoeste = 116 e Sul = 52 -> (Total = 297)

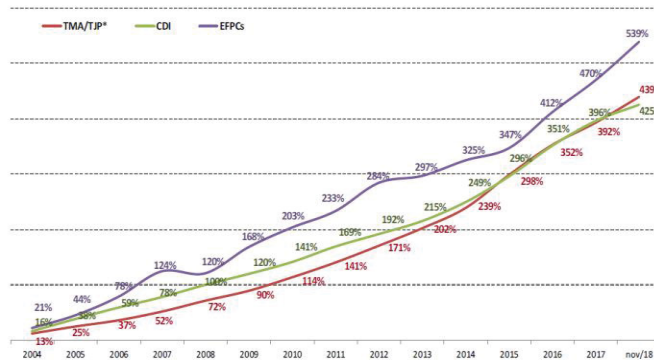
VI. COMPARATIVO POR TIPO DE PATROCÍNIO

Patrocínio	Quantidade de Entidades*	%	Investimento (R\$ milhões)	%	Participantes Ativos	%	Dependentes	%	Assistidos	%
Instituidor	18	6,8%	8.606	1,0%	225.985	8,5%	444.388	11,3%	7.396	0,9%
Privado	166	62,4%	329.947	38,1%	1.698.756	63,7%	2.103.946	53,5%	360.142	42,5%
Público	82	30,8%	527.480	60,9%	743.392	27,9%	1.384.567	35,2%	480.373	56,7%
Total	266	100,0%	866.033	100,0%	2.668.133	100,0%	3.932.901	100,0%	847.911	100,0%

* EFPCs da amostra / Obs: Qtde de EFPCs ativas por tipo de Patrocínio predominante de acordo com Estatística Trimestral (set/18) - PREVIC: Instituidor = 21, Privado = 187 e Público = 89 -> (Total = 297)

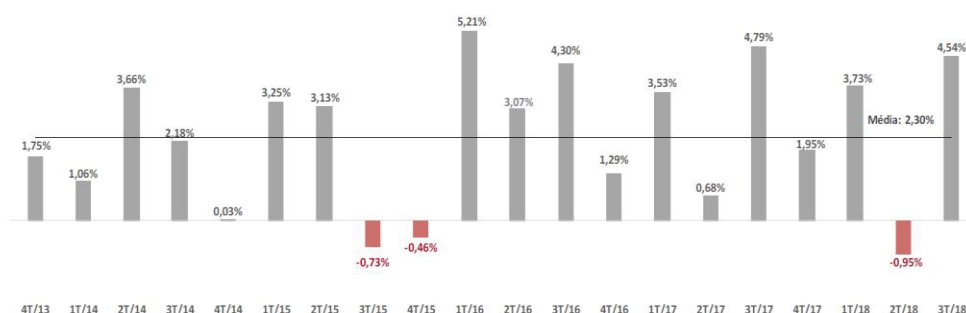
VII. RENTABILIDADE ESTIMADA

Período	CDI	IMA Geral	IBOVESPA	TMA/TJP*	EFPCs
2004	16,16%	10,89%	17,82%	12,50%	21,07%
2005	19,00%	18,19%	27,73%	11,35%	19,05%
2006	15,03%	17,53%	32,93%	8,98%	23,45%
2007	11,87%	12,63%	43,65%	11,47%	25,88%
2008	12,38%	12,69%	-41,22%	12,87%	-1,62%
2009	9,88%	12,90%	82,66%	10,36%	21,50%
2010	9,77%	12,98%	1,04%	12,85%	13,26%
2011	11,58%	13,65%	-18,11%	12,44%	9,80%
2012	8,40%	17,72%	7,40%	12,57%	15,37%
2013	8,06%	-1,42%	-15,50%	11,63%	3,28%
2014	10,82%	12,36%	-2,91%	12,07%	7,07%
2015	13,26%	9,32%	-13,31%	17,55%	5,22%
2016	14,01%	20,99%	38,94%	13,60%	14,56%
2017	9,93%	12,82%	26,86%	8,86%	11,36%
nov/18	0,54%	0,76%	2,38%	0,27%	1,10%
2018	5,90%	8,78%	17,15%	9,42%	12,13%
12 meses	6,47%	9,74%	24,36%	10,29%	14,27%
Acumulado	424,93%	499,81%	302,64%	438,86%	539,47%
Acumulado anualizado	11,76%	12,76%	9,79%	11,95%	13,25%



* TMA - Taxa Máxima Atuarial (até dez/2014) - de acordo com as premissas previstas na Resolução CNPC nº 9 de 29/11/2012.
TJP- Taxa de Juros Padrão (INPC + limite superior de 5,65% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a IN nº 19/2015 e Portaria PREVIC nº 197 de 14/04/2015 até dez/2015); (INPC + limite superior de 6,59% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 186 de 28/04/2016); (INPC + limite superior de 6,66% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 375 de 17/04/2017); (INPC + limite superior de 6,39% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 363 de 26/04/2018)

VIII. RENTABILIDADE TRIMESTRAL DAS EFPCs - CONSOLIDADO

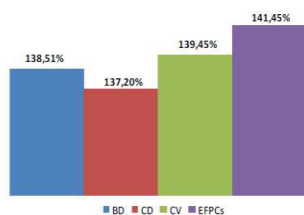


IX. ALOCAÇÃO DA CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE PLANO*

Segmento	Benefício Definido			Contribuição Definida			Contribuição Variável		
	R\$ milhões	% Modalidade	% Segmento	R\$ milhões	% Modalidade	% Segmento	R\$ milhões	% Modalidade	% Segmento
Renda Fixa	347.928	65,0%	56,2%	101.264	90,7%	16,4%	170.033	82,8%	27,5%
Renda Variável	133.344	24,9%	81,8%	7.948	7,1%	4,9%	21.653	10,5%	13,3%
Investimentos Estruturados	9.135	1,7%	72,5%	638	0,6%	5,1%	2.830	1,4%	22,5%
Imóveis	27.970	5,2%	88,3%	441	0,4%	1,4%	3.252	1,6%	10,3%
Operações Com Participantes	13.175	2,5%	62,8%	1.088	1,0%	5,2%	6.708	3,3%	32,0%
Outros	3.684	0,7%	76,8%	250	0,2%	5,2%	863	0,4%	18,0%
Total	535.236	100,0%	62,8%	111.629	100,0%	13,1%	205.339	100,0%	24,1%

* São considerados os investimentos dos Planos Previdenciais.

X. RENTABILIDADE ESTIMADA POR TIPO DE PLANO

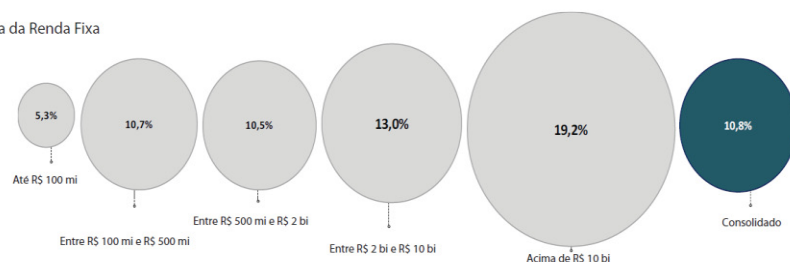


Período	Benefício Definido	Contribuição Definida	Contribuição Variável	EFPCs
2010	13,79%	9,76%	11,67%	13,26%
2011	10,04%	8,62%	9,96%	9,80%
2012	15,38%	14,90%	15,56%	15,37%
2013	3,96%	0,66%	1,52%	3,28%
2014	6,15%	10,22%	8,78%	7,07%
2015	3,15%	10,69%	9,32%	5,22%
2016	14,10%	16,40%	15,23%	14,56%
2017	11,68%	11,95%	10,36%	11,36%
nov/18	1,26%	0,83%	0,86%	1,10%
2018	13,82%	8,19%	9,92%	12,13%
Acumulado	138,51%	137,20%	139,45%	141,45%

XI. ALOCAÇÃO MÉDIA (ARITMÉTICA) POR FAIXA DE PATRIMÔNIO

PATRIMÔNIO	Qtde. de EFPCs	Renda Fixa	Renda Variável	Investimentos Estruturados	Imóveis	Operações com Participantes	Outros
Até R\$ 100 mi	32	94,7%	1,8%	0,0%	0,8%	0,2%	2,4%
Entre R\$ 100 mi e R\$ 500 mi	83	89,3%	6,4%	0,5%	1,4%	0,9%	1,4%
Entre R\$ 500 mi e R\$ 2 bi	86	89,5%	6,0%	0,9%	1,7%	1,3%	0,6%
Entre R\$ 2 bi e R\$ 10 bi	52	87,0%	7,4%	1,6%	2,0%	1,5%	0,6%
Acima de R\$ 10 bi	13	80,8%	10,7%	1,8%	3,8%	2,4%	0,4%
Consolidado	266	89,2%	6,1%	0,8%	1,7%	1,1%	1,1%

Percentual alocado fora da Renda Fixa



XII. RANKING DOS 15 MAIORES PLANOS

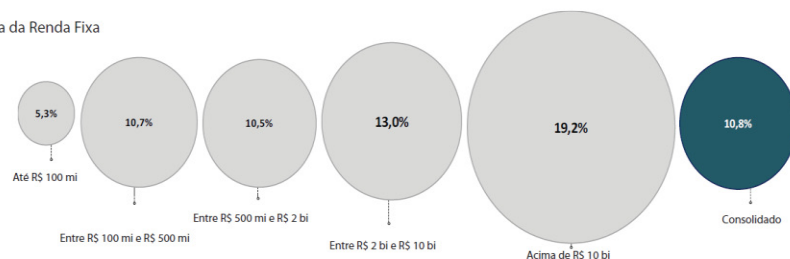
BENEFÍCIO DEFINIDO				CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA			
	Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)		Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)
1	PB1	PREVI	188.153.485	1	PLANO ITAUBANCO CD	FUNDAÇÃO ITAU UNIBANCO	10.359.031
2	REG/REPLAN	FUNCEF	50.187.067	2	PLANO DE BENEFÍCIOS VISÃO	VISÃO PREV	5.126.864
3	PPSP	PETROS	38.273.108	3	IBM - CD	FUNDAÇÃO IBM	4.301.398
4	PLANO BD	REAL GRANDEZA	14.262.722	4	PLANO DE APOS.SANTANDERPREVI	SANTANDERPREVI	3.767.169
5	PBS-A	SISTEL	11.626.275	5	PLANO	ODEBRECHT PREVIDÊNCIA	3.186.240
6	PBB	FAPES	11.310.552	6	PLANO CD GERDAU	GERDAU PREVIDÊNCIA	3.167.650
7	PLANO BD	VALIA	11.230.153	7	CEEPREV	ELETROCEE	2.946.560
8	PLANO PETROS DO SIST. PETROBRÁS	PETROS	10.528.831	8	EMBRAER PREV	EMBRAER PREV	2.881.388
9	PSAP/ELETROPULO	FUNCESP	9.206.787	9	VIVAPREV	FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA	2.813.199
10	PAC	FUNDAÇÃO ITAU UNIBANCO	7.949.616	10	PLANO PRECAVER	QUANTA - PREVIDÊNCIA	2.686.399
11	PLANO V	BANESPREV	6.713.079	11	PAI-CD	FUNDAÇÃO ITAÚSA	2.594.194
12	PBB	CENTRUS	6.071.290	12	PLANO DE APOSENTADORIA	UNILEVERPREV	2.439.975
13	A	FORLUZ	6.047.758	13	PREVDOW	PREVDOW	2.032.621
14	PLANO BANESPREV II	BANESPREV	5.944.337	14	CD ELETROBRÁS	ELETROS	1.918.419
15	PLANO UNIFICADO BD	FUNDAÇÃO COPEL	5.765.834	15	VOTORANTIM PREV	FUNSEJEM	1.810.073

CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL				INSTITUÍDOS			
	Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)		Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)
1	PLANO PETROS-2	PETROS	21.590.534	1	VIVAPREV	FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA	2.813.199
2	NOVO PLANO	FUNCEF	15.339.425	2	PLANO PRECAVER	QUANTA - PREVIDÊNCIA	2.686.399
3	PREVI FUTURO	PREVI	14.532.968	3	UNIMED-BH	MULTICOOP	805.621
4	B	FORLUZ	9.779.327	4	SICOOB MULTI INSTITUÍDO	SICOOB PREVI	775.016
5	PLANO VALE MAIS	VALIA	8.805.423	5	OABPREV-SP	OABPREV-SP	724.739
6	PPCPFL	FUNCESP	5.059.841	6	ANAPARPREV	PETROS	549.391
7	TELEMARPREV	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	4.997.236	7	PBPA	OABPREV-PR	349.449
8	PCV I	TELOS	4.678.275	8	PLANJUS	JUSPREV	223.395
9	POSTALPREV	POSTALIS	4.615.219	9	PBPA	OABPREV-MG	177.459
10	TCSPREV	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	4.613.962	10	PBPA	OABPREV-SC	166.070
11	PLANO III	FUNDAÇÃO COPEL	4.482.850	11	RJPREV	OABPREV-RJ	153.326
12	PLANO	PREVI-GM	4.377.580	12	ACRICELPREV	MULTIBRA INSTITUIDOR	141.910
13	PLANO RFSA	FUNDAÇÃO REFER	3.820.979	13	PREVCOOP	QUANTA - PREVIDENCIA	138.842
14	PS-II	SERPROS	3.390.320	14	COOPERADO	MULTICOOP	117.892
15	PACV	INFRAPREV	3.255.001	15	TECNOPREV	BB PREVIDÊNCIA	110.382

XI. ALOCAÇÃO MÉDIA (ARITMÉTICA) POR FAIXA DE PATRIMÔNIO

PATRIMÔNIO	Qtde. de EFPCs	Renda Fixa	Renda Variável	Investimentos Estruturados	Imóveis	Operações com Participantes	Outros
Até R\$ 100 mi	32	94,7%	1,8%	0,0%	0,8%	0,2%	2,4%
Entre R\$ 100 mi e R\$ 500 mi	83	89,3%	6,4%	0,5%	1,4%	0,9%	1,4%
Entre R\$ 500 mi e R\$ 2 bi	86	89,5%	6,0%	0,9%	1,7%	1,3%	0,6%
Entre R\$ 2 bi e R\$ 10 bi	52	87,0%	7,4%	1,6%	2,0%	1,5%	0,6%
Acima de R\$ 10 bi	13	80,8%	10,7%	1,8%	3,8%	2,4%	0,4%
Consolidado	266	89,2%	6,1%	0,8%	1,7%	1,1%	1,1%

Percentual alocado fora da Renda Fixa



XII. RANKING DOS 15 MAIORES PLANOS

BENEFÍCIO DEFINIDO				CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA			
	Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)		Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)
1	PB1	PREVI	188.153.485	1	PLANO ITAUBANCO CD	FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO	10.359.031
2	REG/REPLAN	FUNCEF	50.187.067	2	PLANO DE BENEFÍCIOS VISÃO	VISÃO PREV	5.126.864
3	PPSP	PETROS	38.273.108	3	IBM - CD	FUNDAÇÃO IBM	4.301.398
4	PLANO BD	REAL GRANDEZA	14.262.722	4	PLANO DE APOS.SANTANDERPREVI	SANTANDERPREVI	3.767.169
5	PBS-A	SISTEL	11.626.275	5	PLANO	ODEBRECHT PREVIDÊNCIA	3.186.240
6	PBB	FAPES	11.310.552	6	PLANO CD GERDAU	GERDAU PREVIDÊNCIA	3.167.650
7	PLANO BD	VALIA	11.230.153	7	CEEPREV	ELETROCEE	2.946.560
8	PLANO PETROS DO SIST. PETROBRÁS	PETROS	10.528.831	8	EMBRAER PREV	EMBRAER PREV	2.881.388
9	PSAP/ELETROPAULO	FUNCESP	9.206.787	9	VIVAPREV	FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA	2.813.199
10	PAC	FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO	7.949.616	10	PLANO PRECAVER	QUANTA - PREVIDÊNCIA	2.686.399
11	PLANO V	BANESPREV	6.713.079	11	PAI-CD	FUNDAÇÃO ITAÚSA	2.594.194
12	PBB	CENTRUS	6.071.290	12	PLANO DE APOSENTADORIA	UNILEVERPREV	2.439.975
13	A	FORLUZ	6.047.758	13	PREVDOW	PREVDOW	2.032.621
14	PLANO BANESPREV II	BANESPREV	5.944.337	14	CD ELETROBRÁS	ELETROS	1.918.419
15	PLANO UNIFICADO BD	FUNDAÇÃO COPEL	5.765.834	15	VOTORANTIM PREV	FUNSEJEM	1.810.073

CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL				INSTITUÍDOS			
	Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)		Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)
1	PLANO PETROS-2	PETROS	21.590.534	1	VIVAPREV	FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA	2.813.199
2	NOVO PLANO	FUNCEF	15.339.425	2	PLANO PRECAVER	QUANTA - PREVIDENCIA	2.686.399
3	PREVI FUTURO	PREVI	14.532.968	3	UNIMED-BH	MULTICOOP	805.621
4	B	FORLUZ	9.779.327	4	SICOOB MULTI INSTITUÍDO	SICOOB PREVI	775.016
5	PLANO VALE MAIS	VALIA	8.805.423	5	OABPREV-SP	OABPREV-SP	724.739
6	PPCPFL	FUNCESP	5.059.841	6	ANAPARPREV	PETROS	549.391
7	TELEMARPREV	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	4.997.236	7	PBPA	OABPREV-PR	349.449
8	PCV I	TELOS	4.678.275	8	PLANJUS	JUSPREV	223.395
9	POSTALPREV	POSTALIS	4.615.219	9	PBPA	OABPREV-MG	177.459
10	TCSPREV	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	4.613.962	10	PBPA	OABPREV-SC	166.070
11	PLANO III	FUNDAÇÃO COPEL	4.482.850	11	RJPREV	OABPREV-RJ	153.326
12	PLANO	PREVI-GM	4.377.580	12	ACRICELPREV	MULTIBRA INSTITUIDOR	141.910
13	PLANO RFFSA	FUNDAÇÃO REFER	3.820.979	13	PREVCOOP	QUANTA - PREVIDENCIA	138.842
14	PS-II	SERPROS	3.390.320	14	COOPERADO	MULTICOOP	117.892
15	PACV	INFRAPREV	3.255.001	15	TECNOPREV	BB PREVIDÊNCIA	110.382

XVIII. CLASSIFICAÇÃO DAS EFPCs

	EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População
1	PREVI	204.151.453	89.669	246.307	104.787	2018
2	PETROS	75.067.794	71.476	305.442	74.498	2018
3	FUNCEF	67.924.779	100.848	199.549	55.392	2018
4	FUNCESP	29.274.519	16.082	48.404	32.070	2018
5	FUND. ITAÚ UNIBANCO	26.967.332	34.981	2.562	19.742	2018
6	VALIA	22.951.374	74.929	298.489	23.143	2018
7	SISTEL	18.533.650	1.673	24.956	23.508	2018
8	BANESPREV	17.270.170	3.325	22.789	25.741	2018
9	FORLUZ	15.879.008	6.796	30.503	15.107	2018
10	REAL GRANDEZA	15.708.047	3.543	18.195	9.210	2018
11	FAPES	11.531.392	2.910	7.509	2.156	2017
12	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	10.746.713	11.026	46.933	15.249	2018
13	FUNDAÇÃO COPEL	10.336.604	10.992	9.014	8.394	2018
14	PREVIDÊNCIA USIMINAS	9.048.196	17.257	52.679	20.667	2018
15	TELOS	8.072.163	6.754	24.804	7.089	2018
16	POSTALIS	7.544.758	95.806	106.010	37.971	2018
17	MULTIBRA	7.354.085	58.126	96.122	9.473	2018
18	CERES	7.194.837	14.246	22.862	7.389	2018
19	CENTRUS	7.071.614	525	1.608	1.534	2018
20	FACHESF	7.049.813	5.390	16.170	9.715	2018
21	BB PREVIDÊNCIA	6.578.571	129.996	72.319	2.995	2018
22	ELETRÓCEEE	6.382.048	6.674	13.541	9.261	2018
23	VISÃO PREV	6.367.491	13.160	14.881	5.633	2014
24	ECONOMUS	6.302.930	10.485	19.394	8.749	2017
25	MULTIPREV	5.813.226	47.131	44.138	2.079	2018
26	SERPROS	5.649.654	9.641	24.664	4.512	2017
27	FUNDAÇÃO REFER	5.516.210	4.342	37.678	26.396	2018
28	CBS PREVIDÊNCIA	5.228.244	20.345	30.811	13.626	2018
29	FUNDAÇÃO IBM	5.018.559	10.877	13.044	1.314	2018
30	FUNDAÇÃO BANRISUL	4.864.215	10.891	16.289	7.521	2018
31	ELETROS	4.787.270	3.306	7.696	2.345	2017
32	CAPEF	4.629.449	6.956	14.072	5.253	2018
33	FUNBEP	4.494.412	701	7.931	5.696	2018
34	PREVI-GM	4.379.815	23.248	8.228	3.027	2017
35	GERDAU PREVIDÊNCIA	3.940.198	14.398	21.597	2.836	2016
36	SANTANDERPREVI	3.773.257	41.940	1.325	1.235	2017
37	FIBRA	3.739.069	1.404	4.026	1.821	2018
38	BRF PREVIDÊNCIA	3.609.849	45.903	74.568	6.729	2018
39	INFRAPREV	3.426.958	9.029	14.405	4.318	2017
40	BRASLIGHT	3.337.505	4.369	11.860	5.620	2018
41	FUNDAÇÃO LIBERTAS	3.314.121	16.379	2.133	4.418	2018
42	CITIPREVI	3.253.078	8.531	-	1.192	2018
43	ODEBRECHT PREVIDÊNCIA	3.195.048	15.983	-	716	2018
44	UNILEVERPREV	3.168.255	13.229	681	1.498	2018
45	NUCLEOS	3.134.866	3.292	6.108	1.506	2018
46	ELOS	3.125.310	1.631	4.292	2.980	2016
47	FUNSESSE	3.080.247	6.327	-	2.919	2018
48	QUANTA - PREVIDÊNCIA	2.912.156	67.033	130.945	326	2018
49	EMBRAER PREV	2.886.296	17.902	12.168	953	2016
50	FUND. VIVA DE PREV.	2.881.094	47.044	134.713	5.903	2018
51	VWPP	2.847.620	46.503	58.998	1.963	2017
52	FUNDAÇÃO ITAÚSA	2.839.269	8.206	11.319	1.099	2018
53	SABESP	2.804.402	13.023	36.987	7.725	2018
54	FUNEPP	2.793.218	27.387	19.194	5	2014
55	CELOS	2.651.849	3.525	7.743	5.284	2018
56	ITAÚ FUNDO MULTI	2.554.830	29.116	6.817	822	2014
57	REGIUS	2.544.854	4.325	4.163	1.255	2018
58	METRUS	2.468.299	9.401	18.783	3.278	2018
59	PREVIRB	2.448.220	502	1.741	1.572	2018
60	FUSESC	2.345.933	2.238	9.520	5.094	2018
61	MÚLTIPLA	2.096.457	23.123	18.221	666	2014
62	PREVDOW	2.033.899	3.340	5.003	715	2018
63	PREVIBAYER	1.905.328	6.459	-	2.054	2017
64	FUNSEJEM	1.890.699	21.776	25.048	818	2018
65	BANDEPREV	1.850.760	174	2.017	1.897	2017
66	FAELBA	1.841.045	3.614	11.245	2.438	2018
67	GEBSA-PREV	1.820.088	7.554	11.345	227	2014
68	INSTITUTO AMBEV	1.811.695	4.984	942	1.850	2014
69	JOHNSON & JOHNSON	1.784.596	5.749	6.842	973	2018
70	ENERPREV	1.766.617	4.498	9.460	1.984	2014
71	BANESES	1.687.975	509	530	-	2018
72	FASC	1.612.785	6.165	7.697	780	2018
73	FUNDAÇÃO PROMON	1.597.226	1.619	4.628	764	2018
74	PREVI-SIEMENS	1.530.183	6.357	9.331	1.412	2017
75	FUSAN	1.527.971	6.741	13.835	2.800	2018
76	PRECE	1.479.739	2.884	8.721	4.726	2018
77	PRHOSPER	1.463.887	3.244	2.467	1.560	2014
78	PREVDATA	1.435.269	3.133	7.634	1.731	2018
79	HP PREV	1.419.513	3.623	163	383	2018
80	PREVIG	1.399.757	nd	nd	nd	nd
81	FACEB	1.372.349	935	2.875	1.529	2018
82	PREVI-ERICSSON	1.369.120	2.734	643	884	2018
83	FORD	1.367.799	12.625	20	698	2014
84	BASF	1.298.678	3.576	6.168	573	2018
85	FAELCE	1.295.456	1.063	3.906	2.411	2018
86	PREVISC	1.295.262	13.797	21.932	1.372	2018
87	SÃO BERNARDO	1.281.861	13.061	8.293	1.430	2017
88	FUNPRESP-EXE	1.254.998	58.276	-	27	2018
89	ACEPREV	1.233.544	4.093	7.205	1.891	2018
90	CIBRIUS	1.197.571	2.996	4.091	2.008	2017
91	SYNGENTA PREVI	1.181.992	2.799	4.782	291	2018
92	PREVUNIAO	1.153.386	4.901	8.356	759	2017
93	WEG	1.140.233	19.442	13.503	519	2018
94	CARGILLPREV	1.135.929	8.873	12.682	278	2018
95	BRASILETROS	1.123.727	1.158	4.942	2.613	2016
96	ISBRE	1.107.413	411	1.191	510	2018
97	SÃO RAFAEL	1.105.653	1.156	2.407	761	2018
98	PREVI NOVARTIS	1.087.673	2.765	-	530	2017
99	IAJA	1.083.047	5.619	10.147	1.066	2017
100	SP-PREVCOM	1.057.973	23.575	10.555	301	2018
101	DESBAN	1.026.153	341	1.017	572	2018
102	ENERGISAPREV	1.019.201	4.676	9.136	1.005	2018
103	ABRILPREV	1.004.072	5.792	7.937	616	2018
104	MULTICOOP	993.110	8.015	12.087	62	2018
105	PREVIBOSCH	968.397	9.565	11.968	1.131	2018
106	AGROS	962.030	5.496	6.584	811	2018
107	BASES	953.186	408	1.063	1.510	2018
108	PLANEJAR	940.351	4.720	7.080	543	2018
109	MBPREV	925.054	11.886	2.299	781	2017
110	ECOS	920.114	72	908	728	2018
111	CELPOS	911.242	1.665	4.585	3.391	2017
112	SICOOB PREVI	870.531	99.203	32.823	497	2018
113	FUNDAMBRAS	860.080	7.622	1.272	938	2018
114	DUPREV	856.640	2.784	431	255	2014
115	FUNDIÁGUA	844.060	3.705	7.459	1.624	2018
116	ULTRAPREV	840.390	9.458	2.763	170	2014
117	SEBRAE PREVIDÊNCIA	831.133	6.846	6.916	266	2018
118	CYAMPREV	826.887	nd	nd	nd	nd
119	COMSHELL	822.429	1.411	2.516	525	2018
120	COMPESAPREV	811.033	2.811	5.553	2.513	2018
121	SERGUS	797.795	925	1.530	578	2018
122	FUND. SÃO FRANCISCO	777.038	1.356	1.972	854	2018
123	OABPREV-SP	764.392	47.713	77.090	168	2018
124	ALCOA PREVI	749.217	6.110	12.226	160	2014

XVIII. CLASSIFICAÇÃO DAS EFPCs

	EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População
1	PREVI	204.151.453	89.669	246.307	104.787	2018
2	PETROS	75.067.794	71.476	305.442	74.498	2018
3	FUNCEF	67.924.779	100.848	199.549	55.392	2018
4	FUNCESP	29.274.519	16.082	48.404	32.070	2018
5	FUND. ITAÚ UNIBANCO	26.967.332	34.981	2.562	19.742	2018
6	VALIA	22.951.374	74.929	298.489	23.143	2018
7	SISTEL	18.533.650	1.673	24.956	23.508	2018
8	BANESPREV	17.270.170	3.325	22.789	25.741	2018
9	FORLUIZ	15.879.008	6.796	30.503	15.107	2018
10	REAL GRANDEZA	15.708.047	3.543	18.195	9.210	2018
11	FAPES	11.531.392	2.910	7.509	2.156	2017
12	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	10.746.713	11.026	46.933	15.249	2018
13	FUNDAÇÃO COPEL	10.336.604	10.992	9.014	8.394	2018
14	PREVIDÊNCIA USIMINAS	9.048.196	17.257	52.679	20.667	2018
15	TELOS	8.072.163	6.754	24.804	7.089	2018
16	POSTALIS	7.544.758	95.806	106.010	37.971	2018
17	MULTIBRA	7.354.085	58.126	96.122	9.473	2018
18	CERES	7.194.837	14.246	22.862	7.389	2018
19	CENTRUS	7.071.614	525	1.608	1.534	2018
20	FACHESF	7.049.813	5.390	16.170	9.715	2018
21	BB PREVIDÊNCIA	6.578.571	129.996	72.319	2.995	2018
22	ELETOCEE	6.382.048	6.674	13.541	9.261	2018
23	VISÃO PREV	6.367.491	13.160	14.881	5.633	2014
24	ECONOMUS	6.302.930	10.485	19.394	8.749	2017
25	MULTIPREV	5.813.226	47.131	44.138	2.079	2018
26	SERPROS	5.649.654	9.641	24.664	4.512	2017
27	FUNDAÇÃO REFER	5.516.210	4.342	37.678	26.396	2018
28	CBS PREVIDÊNCIA	5.228.244	20.345	30.811	13.626	2018
29	FUNDAÇÃO IBM	5.018.559	10.877	13.044	1.314	2018
30	FUNDAÇÃO BANRISUL	4.864.215	10.891	16.289	7.521	2018
31	ELETROS	4.787.270	3.306	7.696	2.345	2017
32	CAPEF	4.629.449	6.956	14.072	5.253	2018
33	FUNBEP	4.494.412	701	7.931	5.696	2018
34	PREVI-GM	4.379.815	23.248	8.228	3.027	2017
35	GERDAU PREVIDÊNCIA	3.940.198	14.398	21.597	2.836	2016
36	SANTANDERPREVI	3.773.257	41.940	1.325	1.235	2017
37	FIBRA	3.739.069	1.404	4.026	1.821	2018
38	BRF PREVIDÊNCIA	3.609.849	45.903	74.568	6.729	2018
39	INFRAPREV	3.426.958	9.029	14.405	4.318	2017
40	BRASLIGHT	3.337.505	4.369	11.860	5.620	2018
41	FUNDAÇÃO LIBERTAS	3.314.121	16.379	2.133	4.418	2018
42	CITIPREVI	3.253.078	8.531	-	1.192	2018
43	ODEBRECHT PREVIDÊNCIA	3.195.048	15.983	-	716	2018
44	UNILEVERPREV	3.168.255	13.229	681	1.498	2018
45	NUCLEOS	3.134.866	3.292	6.108	1.506	2018
46	ELOS	3.125.310	1.631	4.292	2.980	2016
47	FUNSSSEST	3.080.247	6.327	-	2.919	2018
48	QUANTA - PREVIDÊNCIA	2.912.156	67.033	130.945	326	2018
49	EMBRAER PREV	2.886.296	17.902	12.168	953	2016
50	FUND. VIVA DE PREV.	2.881.094	47.044	134.713	5.903	2018
51	VWPP	2.847.620	46.503	58.998	1.963	2017
52	FUNDAÇÃO ITAÚSA	2.839.269	8.206	11.319	1.099	2018
53	SABESP	2.804.402	13.023	36.987	7.725	2018
54	FUNEPP	2.793.218	27.387	19.194	5	2014
55	CELOS	2.651.849	3.525	7.743	5.284	2018
56	ITAÚ FUNDO MULTI	2.554.830	29.116	6.817	822	2014
57	REGIUS	2.544.854	4.325	4.163	1.255	2018
58	METRUS	2.468.299	9.401	18.783	3.278	2018
59	PREVIRB	2.448.220	502	1.741	1.572	2018
60	FUSESC	2.345.933	2.238	9.520	5.094	2018
61	MÚLTIPLA	2.096.457	23.123	18.221	666	2014
62	PREVDOW	2.033.899	3.340	5.003	715	2018
63	PREVIBAYER	1.905.328	6.459	-	2.054	2017
64	FUNSEJEM	1.890.699	21.776	25.048	818	2018
65	BANDEPREV	1.850.760	174	2.017	1.897	2017
66	FAELBA	1.841.045	3.614	11.245	2.438	2018
67	GEBSA-PREV	1.820.088	7.554	11.345	227	2014
68	INSTITUTO AMBEV	1.811.695	4.984	942	1.850	2014
69	JOHNSON & JOHNSON	1.784.596	5.749	6.842	973	2018
70	ENERPREV	1.766.617	4.498	9.460	1.984	2014
71	BANESES	1.687.975	509	530	-	2018
72	FASC	1.612.785	6.165	7.697	780	2018
73	FUNDAÇÃO PROMON	1.597.226	1.619	4.628	764	2018
74	PREVI-SIEMENS	1.530.183	6.357	9.331	1.412	2017
75	FUSAN	1.527.971	6.741	13.835	2.800	2018
76	PRECE	1.479.739	2.884	8.721	4.726	2018
77	PRHOSPER	1.463.887	3.244	2.467	1.560	2014
78	PREVDATA	1.435.269	3.133	7.634	1.731	2018
79	HP PREV	1.419.513	3.623	163	383	2018
80	PREVIG	1.399.757	nd	nd	nd	nd
81	FACEB	1.372.349	935	2.875	1.529	2018
82	PREVI-ERICSSON	1.369.120	2.734	643	884	2018
83	FORD	1.367.799	12.625	20	698	2014
84	BASF	1.298.678	3.576	6.168	573	2018
85	FAELCE	1.295.456	1.063	3.906	2.411	2018
86	PREVISC	1.295.262	13.797	21.932	1.372	2018
87	SAO BERNARDO	1.281.861	13.061	8.293	1.430	2017
88	FUNPRESP-EXE	1.254.998	58.276	-	27	2018
89	ACEPREV	1.233.544	4.093	7.205	1.891	2018
90	CIBRIUS	1.197.571	2.996	4.091	2.008	2017
91	SYNGENTA PREVI	1.181.992	2.799	4.782	291	2018
92	PREVUNIAO	1.153.386	4.901	8.356	759	2017
93	WEG	1.140.233	19.442	13.503	519	2018
94	CARGILLPREV	1.135.929	8.873	12.682	278	2018
95	BRASILETROS	1.123.727	1.158	4.942	2.613	2016
96	ISBRE	1.107.413	411	1.191	510	2018
97	SAO RAFAEL	1.105.653	1.156	2.407	761	2018
98	PREVI NOVARTIS	1.087.673	2.765	-	530	2017
99	IAJA	1.083.047	5.619	10.147	1.066	2017
100	SP-PREVCOM	1.057.973	23.575	10.555	301	2018
101	DESBAN	1.026.153	341	1.017	572	2018
102	ENERGISAPREV	1.019.201	4.676	9.136	1.005	2018
103	ABRILPREV	1.004.072	5.792	7.937	616	2018
104	MULTICOOP	993.110	8.015	12.087	62	2018
105	PREVIBOSCH	968.397	9.565	11.968	1.131	2018
106	AGROS	962.030	5.496	6.584	811	2018
107	BASES	953.186	408	1.063	1.510	2018
108	PLANEJAR	940.351	4.720	7.080	543	2018
109	MBPREV	925.054	11.886	2.299	781	2017
110	ECOS	920.114	72	908	728	2018
111	CELPOS	911.242	1.665	4.585	3.391	2017
112	SICOOB PREVI	870.531	99.203	32.823	497	2018
113	FUNDAMBRAS	860.080	7.622	1.272	938	2018
114	DUPREV	856.640	2.784	431	255	2014
115	FUNDIÁGUA	844.060	3.705	7.459	1.624	2018
116	ULTRAPREV	840.390	9.458	2.763	170	2014
117	SEBRAE PREVIDÊNCIA	831.133	6.846	6.916	266	2018
118	CYAMPREV	826.887	nd	nd	nd	nd
119	COMSHELL	822.429	1.411	2.516	525	2018
120	COMPESAPREV	811.033	2.811	5.553	2.513	2018
121	SERGUS	797.795	925	1.530	578	2018
122	FUND. SÃO FRANCISCO	777.038	1.356	1.972	854	2018
123	OABPREV-SP	764.392	47.713	77.090	168	2018
124	ALCOA PREVI	749.217	6.110	12.226	160	2014

XVIII. CLASSIFICAÇÃO DAS EFPCs

	EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População
1	PREVI	204.151.453	89.669	246.307	104.787	2018
2	PETROS	75.067.794	71.476	305.442	74.498	2018
3	FUNCEF	67.924.779	100.848	199.549	55.392	2018
4	FUNCESP	29.274.519	16.082	48.404	32.070	2018
5	FUND. ITAÚ UNIBANCO	26.967.332	34.981	2.562	19.742	2018
6	VALIA	22.951.374	74.929	298.489	23.143	2018
7	SISTEL	18.533.650	1.673	24.956	23.508	2018
8	BANESPREV	17.270.170	3.325	22.789	25.741	2018
9	FORLUZ	15.879.008	6.796	30.503	15.107	2018
10	REAL GRANDEZA	15.708.047	3.543	18.195	9.210	2018
11	FAPES	11.531.392	2.910	7.509	2.156	2017
12	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	10.746.713	11.026	46.933	15.249	2018
13	FUNDAÇÃO COPEL	10.336.604	10.992	9.014	8.394	2018
14	PREVIDÊNCIA USIMINAS	9.048.196	17.257	52.679	20.667	2018
15	TELOS	8.072.163	6.754	24.804	7.089	2018
16	POSTALIS	7.544.758	95.806	106.010	37.971	2018
17	MULTIBRA	7.354.085	58.126	96.122	9.473	2018
18	CERES	7.194.837	14.246	22.862	7.389	2018
19	CENTRUS	7.071.614	525	1.608	1.534	2018
20	FACHESF	7.049.813	5.390	16.170	9.715	2018
21	BB PREVIDÊNCIA	6.578.571	129.996	72.319	2.995	2018
22	ELETROCEE	6.382.048	6.674	13.541	9.261	2018
23	VISÃO PREV	6.367.491	13.160	14.881	5.633	2014
24	ECONOMUS	6.302.930	10.485	19.394	8.749	2017
25	MULTIPREV	5.813.226	47.131	44.138	2.079	2018
26	SERPROS	5.649.654	9.641	24.664	4.512	2017
27	FUNDAÇÃO REFER	5.516.210	4.342	37.678	26.396	2018
28	CBS PREVIDÊNCIA	5.228.244	20.345	30.811	13.626	2018
29	FUNDAÇÃO IBM	5.018.559	10.877	13.044	1.314	2018
30	FUNDAÇÃO BANRISUL	4.864.215	10.891	16.289	7.521	2018
31	ELETROS	4.787.270	3.306	7.696	2.345	2017
32	CAPEF	4.629.449	6.956	14.072	5.253	2018
33	FUNBEP	4.494.412	701	7.931	5.696	2018
34	PREVI-GM	4.379.815	23.248	8.228	3.027	2017
35	GERDAU PREVIDÊNCIA	3.940.198	14.398	21.597	2.836	2016
36	SANTANDERPREVI	3.773.257	41.940	1.325	1.235	2017
37	FIBRA	3.739.069	1.404	4.026	1.821	2018
38	BRF PREVIDÊNCIA	3.609.849	45.903	74.568	6.729	2018
39	INFRAPREV	3.426.958	9.029	14.405	4.318	2017
40	BRASLIGHT	3.337.505	4.369	11.860	5.620	2018
41	FUNDAÇÃO LIBERTAS	3.314.121	16.379	2.133	4.418	2018
42	CITIPREVI	3.253.078	8.531	-	1.192	2018
43	ODEBRECHT PREVIDÊNCIA	3.195.048	15.983	-	716	2018
44	UNILEVERPREV	3.168.255	13.229	681	1.498	2018
45	NUCLEOS	3.134.866	3.292	6.108	1.506	2018
46	ELOS	3.125.310	1.631	4.292	2.980	2016
47	FUNSEST	3.080.247	6.327	-	2.919	2018
48	QUANTA - PREVIDÊNCIA	2.912.156	67.033	130.945	326	2018
49	EMBRAER PREV	2.886.296	17.902	12.168	953	2016
50	FUND. VIVA DE PREV.	2.881.094	47.044	134.713	5.903	2018
51	VWPP	2.847.620	46.503	58.998	1.963	2017
52	FUNDAÇÃO ITAÚSA	2.839.269	8.206	11.319	1.099	2018
53	SABESP	2.804.402	13.023	36.987	7.725	2018
54	FUNEPP	2.793.218	27.387	19.194	5	2014
55	CELOS	2.651.849	3.525	7.743	5.284	2018
56	ITAÚ FUNDO MULTI	2.554.830	29.116	6.817	822	2014
57	REGIUS	2.544.854	4.325	4.163	1.255	2018
58	METRUS	2.468.299	9.401	18.783	3.278	2018
59	PREVIRB	2.448.220	502	1.741	1.572	2018
60	FUSESC	2.345.933	2.238	9.520	5.094	2018
61	MÚLTIPLA	2.096.457	23.123	18.221	666	2014
62	PREVDOW	2.033.899	3.340	5.003	715	2018
63	PREVIBAYER	1.905.328	6.459	-	2.054	2017
64	FUNSEJEM	1.890.699	21.776	25.048	818	2018
65	BANDEPREV	1.850.760	174	2.017	1.897	2017
66	FAELBA	1.841.045	3.614	11.245	2.438	2018
67	GEBSA-PREV	1.820.088	7.554	11.345	227	2014
68	INSTITUTO AMBEV	1.811.695	4.984	942	1.850	2014
69	JOHNSON & JOHNSON	1.784.596	5.749	6.842	973	2018
70	ENERPREV	1.766.617	4.498	9.460	1.984	2014
71	BANESES	1.687.975	509	530	-	2018
72	FASC	1.612.785	6.165	7.697	780	2018
73	FUNDAÇÃO PROMON	1.597.226	1.619	4.628	764	2018
74	PREVI-SIEMENS	1.530.183	6.357	9.331	1.412	2017
75	FUSAN	1.527.971	6.741	13.835	2.800	2018
76	PRECE	1.479.739	2.884	8.721	4.726	2018
77	PRHOSPER	1.463.887	3.244	2.467	1.560	2014
78	PREVDATA	1.435.269	3.133	7.634	1.731	2018
79	HP PREV	1.419.513	3.623	163	383	2018
80	PREVIG	1.399.757	nd	nd	nd	nd
81	FACEB	1.372.349	935	2.875	1.529	2018
82	PREVI-ERICSSON	1.369.120	2.734	643	884	2018
83	FORD	1.367.799	12.625	20	698	2014
84	BASF	1.298.678	3.576	6.168	573	2018
85	FAELCE	1.295.456	1.063	3.906	2.411	2018
86	PREVISC	1.295.262	13.797	21.932	1.372	2018
87	SÃO BERNARDO	1.281.861	13.061	8.293	1.430	2017
88	FUNPRESP-EXE	1.254.998	58.276	-	27	2018
89	ACEPREV	1.233.544	4.093	7.205	1.891	2018
90	CIBRIUS	1.197.571	2.996	4.091	2.008	2017
91	SYNGENTA PREVI	1.181.992	2.799	4.782	291	2018
92	PREVUNIAO	1.153.386	4.901	8.356	759	2017
93	WEG	1.140.233	19.442	13.503	519	2018
94	CARGILLPREV	1.135.929	8.873	12.682	278	2018
95	BRASILETROS	1.123.727	1.158	4.942	2.613	2016
96	ISBRE	1.107.413	411	1.191	510	2018
97	SÃO RAFAEL	1.105.653	1.156	2.407	761	2018
98	PREVI NOVARTIS	1.087.673	2.765	-	530	2017
99	IAJA	1.083.047	5.619	10.147	1.066	2017
100	SP-PREVCOM	1.057.973	23.575	10.555	301	2018
101	DESBAN	1.026.153	341	1.017	572	2018
102	ENERGISAPREV	1.019.201	4.676	9.136	1.005	2018
103	ABRILPREV	1.004.072	5.792	7.937	616	2018
104	MULTICOOP	993.110	8.015	12.087	62	2018
105	PREVIBOSCH	968.397	9.565	11.968	1.131	2018
106	AGROS	962.030	5.496	6.584	811	2018
107	BASES	953.186	408	1.063	1.510	2018
108	PLANEJAR	940.351	4.720	7.080	543	2018
109	MBPREV	925.054	11.886	2.299	781	2017
110	ECOS	920.114	72	908	728	2018
111	CELPOS	911.242	1.665	4.585	3.391	2017
112	SICOOB PREVI	870.531	99.203	32.823	497	2018
113	FUNDAMBRAS	860.080	7.622	1.272	938	2018
114	DUPREV	856.640	2.784	431	255	2014
115	FUNDIÁGUA	844.060	3.705	7.459	1.624	2018
116	ULTRAPREV	840.390	9.458	2.763	170	2014
117	SEBRAE PREVIDÊNCIA	831.133	6.846	6.916	266	2018
118	CYAMPREV	826.887	nd	nd	nd	nd
119	COMSHELL	822.429	1.411	2.516	525	2018
120	COMPESAPREV	811.033	2.811	5.553	2.513	2018
121	SERGUS	797.795	925	1.530	578	2018
122	FUND. SÃO FRANCISCO	777.038	1.356	1.972	854	2018
123	OABPREV-SP	764.392	47.713	77.090	168	2018
124	ALCOA PREVI	749.217	6.110	12.226	160	2014

ANEXO IV DADOS ESTATÍSTICOS PREVIDÊNCIA

Dados Estatísticos gerados pela PREVIDÊNCIA.GOV.

INFORMATIVO MENSAL DA SUBSECRETARIA DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Dezembro de 2018

Estatísticas do Regime de Previdência Complementar - RPC

Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC

Quantidade de EFPC	Quantidade de Patrocinadores	Quantidade de Instituidores	Quantidade de Planos	
298	2.732	448	1.133	
			Previdenciais	Assistenciais
			1.100	33

Quantidade e Percentual de EFPC, por patrocínio

Tipo de EFPC	Quantidade	Percentual
1. Patrocínio Público	89	30%
2. Patrocínio Privado	188	63%
3. Instituída	21	7%
Total	298	100%

Fonte: Relatório de Informações Gerenciais/COINF/CGEAC/SURPC (Extração: 11/03/2019)

Evolução do Ativo Total das EFPC, por patrocínio (Valores nominais - R\$ Bilhões)

Tipo de EFPC	2014	2015	2016	2017	Dezembro/2018	
					R\$	%
1. Patrocínio Público	451,07	446,93	484,59	514,58	556,58	62%
2. Patrocínio Privado	250,59	271,95	303,57	319,42	338,29	37%
3. Instituída	2,51	3,25	6,71	7,90	8,78	1%
Total *	704,17	722,13	794,87	841,90	903,65	100%

Fonte: Relatório de Informações Gerenciais/COINF/CGEAC/SURPC (Extração: 11/03/2019)

* Inclui o Ativo da Gestão Previdencial, da Gestão Administrativa, da Gestão Assistencial e o Permanente.

Previdência Complementar dos Servidores Públicos nos Estados e Municípios



*No estado de São Paulo os municípios de Santa Fé do Sul e Jales firmaram convênio de adesão com a SP-Prevcom entidade multipatrocinada. Estão em estudos os municípios de Birigui, Rubi-néia, Santos, Itapeperica da Serra, São João da Boa Vista, Uins, Sertãozinho e Ribeirão Preto.

Custeio Administrativo das EFPC

Taxas	2015	2016	2017	Dez/2018
Taxa de Carregamento	3,57%	3,55%	3,24%	3,00%
Taxa de Administração	0,34%	0,34%	0,33%	0,30%

Fonte: Relatório de Informações Gerenciais/COINF/CGEAC/SURPC (Extração: 11/03/2019)

Taxa de Carregamento: percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios pagos pelo plano;

Taxa de Administração: percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios.

Resultado das EFPC (Valores nominais - R\$ Bilhões)

DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	Dez/2018
Superávit Técnico	37,74	27,71	13,64	17,84	20,28	26,45
Déficit Técnico	-21,72	-30,99	-76,29	-72,46	-36,14	-29,27
Situação patrimonial líquida	16,02	-3,28	-62,65	-54,62	-15,86	-2,82

Fonte: Relatório de Informações Gerenciais/COINF/CGEAC/SURPC (Extração: 11/03/2019)

Quantidade e Percentual de EFPC por região

REGIÃO	Quantidade	%
Sudeste	182	61%
Sul	52	18%
Centro-Oeste	31	10%
Nordeste	31	10%
Norte	2	1%

Fonte: Relatório de Informações Gerenciais/COINF/CGEAC/SURPC (Extração: 11/03/2019)

Ativo total das EFPC e % PIB



Fonte: Relatório de Informações Gerenciais/COINF/CGEAC/SURPC (Extração: 11/03/2019) IBGE (Sistema de Contas Nacionais).

Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC

Planos
Patrocinados
1.032

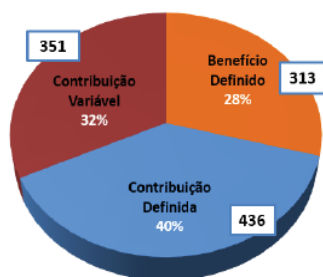
Planos
Instituídos*
68

Total de Planos
Previdenciais
1.100

Percentual de Planos
Solventes
68%

*Planos oferecidos exclusivamente na modalidade de Contribuição Definida.

Quantidade e percentual dos planos por modalidade



Fonte: Relatório de Informações Gerenciais/COINF/CGEAC/SURPC (Extração: 11/03/2019)

Investimentos (Valores nominais – R\$ Bilhões)

Tipo de Investimento	BD	CD	CV	Valor Total	% Total
Renda Fixa	280,05	62,67	124,32	467,04	54,86%
Renda Variável	129,22	7,96	22,55	159,73	18,76%
Multimercado	69,07	35,49	49,96	154,52	18,15%
Imóveis	28,28	0,45	3,29	32,02	3,76%
Investimentos Estruturados	9,05	0,63	2,90	12,58	1,48%
Investimentos Externos	0,1	0,00	0,00	0,1	0,01%
Operações com Participantes	13,18	1,09	6,73	21,00	2,47%
Outros	3,25	0,23	0,84	4,32	0,51%
Total dos Investimentos	532,20	108,52	210,59	851,31	100%

Fonte: Relatório de Informações Gerenciais/COINF/CGEAC/SURPC (Extração: 11/03/2019)

Benefícios, Contribuições e Ativo, por modalidade de plano de benefícios

Modalidade do plano	Benefícios* até Dez/2018	Contribuições* até Dez/2018	Ativo total em Dez/2018
BD	45,33	13,02	566,07
CD	5,49	5,74	110,73
CV	9,33	11,39	216,16
Total	60,15	30,15	892,96

Fonte: Relatório de Informações Gerenciais/COINF/CGEAC/SURPC (Extração: 11/03/2019)

*acumulado no ano de 2018.

População por modalidade de plano

População	BD	CD	CV	Total	%
Participantes Ativos	410.239	1.081.103	1.164.143	2.655.485	76,3%
Aposentados	447.425	57.079	136.785	641.289	18,5%
Pensionistas	140.109	5.658	35.905	181.672	5,2%
Total	997.773	1.143.840	1.336.833	3.478.446	100%
Designados*	814.038	1.217.456	1.881.228	3.912.722	-

Fonte: Relatório de Informações Gerenciais (Ref. Junho/2018, última informação disponível)

*Designado: É a pessoa indicada formalmente pelo participante ou aposentado para fins de recebimento de benefícios, ou seja, são pessoas com expectativas de direito de recebimento de benefícios.

Estimativa do benefício médio mensal

Benefícios	BD	CD	CV
Aposentadoria	6.817,79	1.498,74	4.416,68
Pensão	3.026,34	516,32	1.946,36

Benefício médio considerando dados populacionais (aposentados e pensionistas) de jun/2018 (última informação disponível) e os valores dos benefícios pagos em dez/2018.

Indicadores

Indicador	2015	2016	2017	Dez/2018
Rentabilidade EFPC (contábil)	5,62%	13,13%	10,57%	10,97%
Rentabilidade BD	3,98%	12,92%	10,84%	12,26%
Rentabilidade CD	9,90%	14,03%	10,77%	7,67%
Rentabilidade CV	8,56%	13,26%	9,73%	9,42%
CDI	13,18%	13,99%	9,93%	6,42%
Poupança	7,29%	7,57%	6,16%	4,62%
Ibovespa	-13,31%	38,93%	26,86%	15,03%
IPCA	10,67%	6,29%	2,95%	3,75%
INPC	11,28%	6,58%	2,07%	3,43%
INPC+4%	15,73%	10,84%	6,15%	7,57%

Fonte: Relatório de Informações Gerenciais/COINF/CGEAC/SURPC (Extração: 11/03/2019)

IBGE, Banco Central e BM&FBovespa.

Rentabilidade contábil: Metodologia Previc.

Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 6º andar, sala 601

CEP: 70059-900 - Brasília-DF; Tel.: (61) 2021.5190/5608/5821

coeti.sppc@previdencia.gov.br

Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-complementar/>

ANEXO V LC 108**Presidência da República**
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 29 DE MAIO DE 2001**

Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

Art. 1º A relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas, a que se referem os §§ 3º, 4º, 5º e 6º do art. 202 da Constituição Federal, será disciplinada pelo disposto nesta Lei Complementar.

Art. 2º As regras e os princípios gerais estabelecidos na Lei Complementar que regula o caput do art. 202 da Constituição Federal aplicam-se às entidades reguladas por esta Lei Complementar, ressalvadas as disposições específicas.

CAPÍTULO II
DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS**Seção I**
Disposições Especiais

Art. 3º Observado o disposto no artigo anterior, os planos de benefícios das entidades de que trata esta Lei Complementar atenderão às seguintes regras:

I – carência mínima de sessenta contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador, para se tornar elegível a um benefício de prestação que seja programada e continuada; e

II – concessão de benefício pelo regime de previdência ao qual o participante esteja filiado por intermédio de seu patrocinador, quando se tratar de plano na modalidade benefício definido, instituído depois da publicação desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os reajustes dos benefícios em manutenção serão efetuados de acordo com critérios estabelecidos nos regulamentos dos planos de benefícios, vedado o repasse de ganhos de produtividade, abono e vantagens de qualquer natureza para tais benefícios.

Art. 4º Nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, a proposta de instituição de plano de benefícios ou adesão a plano de benefícios em execução será submetida ao órgão fiscalizador, acompanhada de manifestação

favorável do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle do patrocinador.

Parágrafo único. As alterações no plano de benefícios que implique elevação da contribuição de patrocinadores serão objeto de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle referido no caput.

Art. 5º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas o aporte de recursos a entidades de previdência privada de caráter complementar, salvo na condição de patrocinador.

Seção II

Do Custeio

Art. 6º O custeio dos planos de benefícios será responsabilidade do patrocinador e dos participantes, inclusive assistidos.

§ 1º A contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no art. 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador.

§ 2º Além das contribuições normais, os planos poderão prever o aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, sem contrapartida do patrocinador.

§ 3º É vedado ao patrocinador assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Art. 7º A despesa administrativa da entidade de previdência complementar será custeada pelo patrocinador e pelos participantes e assistidos, atendendo a limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador. Parágrafo único. É facultada aos patrocinadores a cessão de pessoal às entidades de previdência complementar que patrocinam, desde que ressarcidos os custos correspondentes.

CAPÍTULO III

DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS PELO PODER PÚBLICO E SUAS EMPRESAS

Seção I

Da Estrutura Organizacional

Art. 8º A administração e execução dos planos de benefícios compete às entidades fechadas de previdência complementar mencionadas no art. 1º desta Lei Complementar.

Parágrafo único. As entidades de que trata o caput organizar-se-ão sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

Art. 9º A estrutura organizacional das entidades de previdência complementar a que se refere esta Lei Complementar é constituída de conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.

Seção II

Do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal

Art. 10. O conselho deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.

Art. 11. A composição do conselho deliberativo, integrado por no máximo seis membros, será paritária entre representantes dos participantes e assistidos e

dos patrocinadores, cabendo a estes a indicação do conselheiro presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.

§ 1º A escolha dos representantes dos participantes e assistidos dar-se-á por meio de eleição direta entre seus pares.

§ 2º Caso o estatuto da entidade fechada, respeitado o número máximo de conselheiros de que trata o caput e a participação paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, preveja outra composição, que tenha sido aprovada na forma prevista no seu estatuto, esta poderá ser aplicada, mediante autorização do órgão regulador e fiscalizador.

Art. 12. O mandato dos membros do conselho deliberativo será de quatro anos, com garantia de estabilidade, permitida uma recondução.

§ 1º O membro do conselho deliberativo somente perderá o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar.

§ 2º A instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades no âmbito de atuação do conselho deliberativo da entidade fechada, poderá determinar o afastamento do conselheiro até sua conclusão.

§ 3º O afastamento de que trata o parágrafo anterior não implica prorrogação ou permanência no cargo além da data inicialmente prevista para o término do mandato.

§ 4º O estatuto da entidade deverá regulamentar os procedimentos de que tratam os parágrafos anteriores deste artigo.

Art. 13. Ao conselho deliberativo compete a definição das seguintes matérias:

I – política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios;

II – alteração de estatuto e regulamentos dos planos de benefícios, bem como a implantação e a extinção deles e a retirada de patrocinador;

III – gestão de investimentos e plano de aplicação de recursos;

IV – autorizar investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a cinco por cento dos recursos garantidores;

V – contratação de auditor independente atuário e avaliador de gestão, observadas as disposições regulamentares aplicáveis;

VI – nomeação e exoneração dos membros da diretoria-executiva; e

VII – exame, em grau de recurso, das decisões da diretoria-executiva.

Parágrafo único. A definição das matérias previstas no inciso II deverá ser aprovada pelo patrocinador.

Art. 14. O conselho fiscal é órgão de controle interno da entidade.

Art. 15. A composição do conselho fiscal, integrado por no máximo quatro membros, será paritária entre representantes de patrocinadores e de participantes e assistidos, cabendo a estes a indicação do conselheiro presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.

Parágrafo único. Caso o estatuto da entidade fechada, respeitado o número máximo de conselheiros de que trata o caput e a participação paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, preveja outra composição, que tenha sido aprovada na forma prevista no seu estatuto, esta poderá ser aplicada, mediante autorização do órgão regulador e fiscalizador.

Art. 16. O mandato dos membros do conselho fiscal será de quatro anos, vedada a recondução.

Art. 17. A renovação dos mandatos dos conselheiros deverá obedecer ao critério de proporcionalidade, de forma que se processe parcialmente a cada dois anos.

§ 1º Na primeira investidura dos conselhos, após a publicação desta Lei Complementar, os seus membros terão mandato com prazo diferenciado.

§ 2º O conselho deliberativo deverá renovar três de seus membros a cada dois anos e o conselho fiscal dois membros com a mesma periodicidade, observada a regra de transição estabelecida no parágrafo anterior.

Art. 18. Aplicam-se aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal os mesmos requisitos previstos nos incisos I a III do art. 20 desta Lei Complementar.

Seção III

Da Diretoria-Executiva

Art. 19. A diretoria-executiva é o órgão responsável pela administração da entidade, em conformidade com a política de administração traçada pelo conselho deliberativo.

§ 1º A diretoria-executiva será composta, no máximo, por seis membros, definidos em função do patrimônio da entidade e do seu número de participantes, inclusive assistidos.

§ 2º O estatuto da entidade fechada, respeitado o número máximo de diretores de que trata o parágrafo anterior, deverá prever a forma de composição e o mandato da diretoria-executiva, aprovado na forma prevista no seu estatuto, observadas as demais disposições desta Lei Complementar.

Art. 20. Os membros da diretoria-executiva deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – comprovada experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

II – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;

III – não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público; e

IV – ter formação de nível superior.

Art. 21. Aos membros da diretoria-executiva é vedado:

I – exercer simultaneamente atividade no patrocinador;

II – integrar concomitantemente o conselho deliberativo ou fiscal da entidade e, mesmo depois do término do seu mandato na diretoria-executiva, enquanto não tiver suas contas aprovadas; e

III – ao longo do exercício do mandato prestar serviços a instituições integrantes do sistema financeiro.

Art. 22. A entidade de previdência complementar informará ao órgão regulador e fiscalizador o responsável pelas aplicações dos recursos da entidade, escolhido entre os membros da diretoria-executiva.

Parágrafo único. Os demais membros da diretoria-executiva responderão solidariamente com o dirigente indicado na forma do caput pelos danos e prejuízos causados à entidade para os quais tenham concorrido.

Art. 23. Nos doze meses seguintes ao término do exercício do cargo, o ex-diretor estará impedido de prestar, direta ou indiretamente, independentemente da forma ou natureza do contrato, qualquer tipo de serviço às empresas do sistema financeiro que impliquem a utilização das informações a que teve acesso em decorrência do cargo exercido, sob pena de responsabilidade civil e penal.

§ 1º Durante o impedimento, ao ex-diretor que não tiver sido destituído ou que pedir afastamento será assegurada a possibilidade de prestar serviço à entidade, mediante remuneração equivalente à do cargo de direção que exerceu ou em qualquer outro órgão da Administração Pública.

§ 2º Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-diretor que violar o impedimento previsto neste artigo, exceto se retornar ao exercício de cargo ou emprego que ocupava junto ao patrocinador, anteriormente à indicação para a respectiva diretoria-executiva, ou se for nomeado para exercício em qualquer órgão da Administração Pública.

CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO

Art. 24. A fiscalização e controle dos planos de benefícios e das entidades fechadas de previdência complementar de que trata esta Lei Complementar competem ao órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar.

Art. 25. As ações exercidas pelo órgão referido no artigo anterior não eximem os patrocinadores da responsabilidade pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas entidades de previdência complementar.

Parágrafo único. Os resultados da fiscalização e do controle exercidos pelos patrocinadores serão encaminhados ao órgão mencionado no artigo anterior.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. As entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos subordinam-se, no que couber, às disposições desta Lei Complementar, na forma estabelecida pelo órgão regulador e fiscalizador.

Art. 27. As entidades de previdência complementar patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, deverão rever, no prazo de dois anos, a contar de 16 de dezembro de 1998, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, sob pena de intervenção, sendo seus dirigentes e seus respectivos patrocinadores responsáveis civil e criminalmente pelo descumprimento do disposto neste artigo.

Art. 28. A infração de qualquer disposição desta Lei Complementar ou de seu regulamento, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita a pessoa física ou jurídica responsável, conforme o caso e a gravidade da infração, às penalidades administrativas previstas na Lei Complementar que disciplina o caput do art. 202 da Constituição Federal.

Art. 29. As entidades de previdência privada patrocinadas por empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que possuam planos de benefícios definidos com responsabilidade da patrocinadora, não poderão exercer o controle ou participar de acordo de acionistas que tenha por objeto formação de grupo de controle de sociedade anônima, sem prévia e expressa autorização da patrocinadora e do seu respectivo ente controlador.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às participações acionárias detidas na data de publicação desta Lei Complementar.

Art. 30. As entidades de previdência complementar terão o prazo de um ano para adaptar sua organização estatutária ao disposto nesta Lei Complementar, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 31. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revoga-se a Lei nº 8.020, de 12 de abril de 1990.

Brasília, 29 de maio de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Pedro Malan

Roberto Brant

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.5.2001

ANEXO VI LC 109

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001

Mensagem de veto nº 494

Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

Vide Decreto nº 7.123, de 2010

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

Art. 1º O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, é facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício, nos termos do caput do art. 202 da Constituição Federal, observado o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 2º O regime de previdência complementar é operado por entidades de previdência complementar que têm por objetivo principal instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma desta Lei Complementar.

Art. 3º A ação do Estado será exercida com o objetivo de:

I - formular a política de previdência complementar;

II - disciplinar, coordenar e supervisionar as atividades reguladas por esta Lei Complementar, compatibilizando-as com as políticas previdenciária e de desenvolvimento social e econômico-financeiro;

III - determinar padrões mínimos de segurança econômico-financeira e atuarial, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios, isoladamente, e de cada entidade de previdência complementar, no conjunto de suas atividades;

IV - assegurar aos participantes e assistidos o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos de benefícios;

V - fiscalizar as entidades de previdência complementar, suas operações e aplicar penalidades; e

VI - proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios.

Art. 4º As entidades de previdência complementar são classificadas em fechadas e abertas, conforme definido nesta Lei Complementar.

Art. 5º A normatização, coordenação, supervisão, fiscalização e controle das atividades das entidades de previdência complementar serão realizados por órgão ou órgãos regulador e fiscalizador, conforme disposto em lei, observado o disposto no inciso VI do art. 84 da Constituição Federal.

CAPÍTULO II
DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Seção I

Disposições Comuns

Art. 6º As entidades de previdência complementar somente poderão instituir e operar planos de benefícios para os quais tenham autorização específica, segundo as normas aprovadas pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme disposto nesta Lei Complementar.

Art. 7º Os planos de benefícios atenderão a padrões mínimos fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, com o objetivo de assegurar transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Parágrafo único. O órgão regulador e fiscalizador normatizará planos de benefícios nas modalidades de benefício definido, contribuição definida e contribuição variável, bem como outras formas de planos de benefícios que reflitam a evolução técnica e possibilitem flexibilidade ao regime de previdência complementar.

Art. 8º Para efeito desta Lei Complementar, considera-se:

I - participante, a pessoa física que aderir aos planos de benefícios; e

II - assistido, o participante ou seu beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada.

Art. 9º As entidades de previdência complementar constituirão reservas técnicas, provisões e fundos, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 1º A aplicação dos recursos correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos de que trata o caput será feita conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º É vedado o estabelecimento de aplicações compulsórias ou limites mínimos de aplicação.

Art. 10. Deverão constar dos regulamentos dos planos de benefícios, das propostas de inscrição e dos certificados de participantes condições mínimas a serem fixadas pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 1º A todo pretendente será disponibilizado e a todo participante entregue, quando de sua inscrição no plano de benefícios:

I - certificado onde estarão indicados os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de participante, bem como os requisitos de elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios;

II - cópia do regulamento atualizado do plano de benefícios e material explicativo que descreva, em linguagem simples e precisa, as características do plano;

III - cópia do contrato, no caso de plano coletivo de que trata o inciso II do art. 26 desta Lei Complementar; e

IV - outros documentos que vierem a ser especificados pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 2º Na divulgação dos planos de benefícios, não poderão ser incluídas informações diferentes das que figurem nos documentos referidos neste artigo.

Art. 11. Para assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, as entidades de previdência complementar poderão contratar operações de resseguro, por iniciativa própria ou por determinação do órgão regulador e fiscalizador, observados o regulamento do respectivo plano e demais disposições legais e regulamentares.

Parágrafo único. Fica facultada às entidades fechadas a garantia referida no caput por meio de fundo de solvência, a ser instituído na forma da lei.

Seção II

Dos Planos de Benefícios de Entidades Fechadas

Art. 12. Os planos de benefícios de entidades fechadas poderão ser instituídos por patrocinadores e instituidores, observado o disposto no art. 31 desta Lei Complementar.

Art. 13. A formalização da condição de patrocinador ou instituidor de um plano de benefício dar-se-á mediante convênio de adesão a ser celebrado entre o patrocinador ou instituidor e a entidade fechada, em relação a cada plano de benefícios por esta administrado e executado, mediante prévia autorização do órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamentação do Poder Executivo.

§ 1º Admitir-se-á solidariedade entre patrocinadores ou entre instituidores, com relação aos respectivos planos, desde que expressamente prevista no convênio de adesão.

§ 2º O órgão regulador e fiscalizador, dentre outros requisitos, estabelecerá o número mínimo de participantes admitido para cada modalidade de plano de benefício.

Art. 14. Os planos de benefícios deverão prever os seguintes institutos, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador:

I - benefício proporcional diferido, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade;

II - portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano;

III - resgate da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo, na forma regulamentada; e

IV - faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição e a do patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração ou em outros definidos em normas regulamentares.

§ 1º Não será admitida a portabilidade na inexistência de cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador.

§ 2º O órgão regulador e fiscalizador estabelecerá período de carência para o instituto de que trata o inciso II deste artigo.

§ 3º Na regulamentação do instituto previsto no inciso II do caput deste artigo, o órgão regulador e fiscalizador observará, entre outros requisitos específicos, os seguintes:

I - se o plano de benefícios foi instituído antes ou depois da publicação desta Lei Complementar;

II - a modalidade do plano de benefícios.

§ 4º O instituto de que trata o inciso II deste artigo, quando efetuado para entidade aberta, somente será admitido quando a integralidade dos recursos financeiros correspondentes ao direito acumulado do participante for utilizada para a contratação de renda mensal vitalícia ou por prazo determinado, cujo prazo mínimo não poderá ser inferior ao período em que a respectiva reserva foi constituída, limitado ao mínimo de quinze anos, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

Art. 15. Para efeito do disposto no inciso II do caput do artigo anterior, fica estabelecido que:

I - a portabilidade não caracteriza resgate; e

II - é vedado que os recursos financeiros correspondentes transitem pelos participantes dos planos de benefícios, sob qualquer forma.

Parágrafo único. O direito acumulado corresponde às reservas constituídas pelo participante ou à reserva matemática, o que lhe for mais favorável.

Art. 16. Os planos de benefícios devem ser, obrigatoriamente, oferecidos a todos os empregados dos patrocinadores ou associados dos instituidores.

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, são equiparáveis aos empregados e associados a que se refere o caput os gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo e outros dirigentes de patrocinadores e instituidores.

§ 2º É facultativa a adesão aos planos a que se refere o caput deste artigo.

§ 3º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos planos em extinção, assim considerados aqueles aos quais o acesso de novos participantes esteja vedado.

Art. 17. As alterações processadas nos regulamentos dos planos aplicam-se a todos os participantes das entidades fechadas, a partir de sua aprovação pelo órgão regulador e fiscalizador, observado o direito acumulado de cada participante.

Parágrafo único. Ao participante que tenha cumprido os requisitos para obtenção dos benefícios previstos no plano é assegurada a aplicação das disposições regulamentares vigentes na data em que se tornou elegível a um benefício de aposentadoria.

Art. 18. O plano de custeio, com periodicidade mínima anual, estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 1º O regime financeiro de capitalização é obrigatório para os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas.

§ 2º Observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, o cálculo das reservas técnicas atenderá às peculiaridades de cada plano de benefícios e deverá estar expresso em nota técnica atuarial, de apresentação obrigatória, incluindo as hipóteses utilizadas, que deverão guardar relação com as características da massa e da atividade desenvolvida pelo patrocinador ou instituidor.

§ 3º As reservas técnicas, provisões e fundos de cada plano de benefícios e os exigíveis a qualquer título deverão atender permanentemente à cobertura integral dos compromissos assumidos pelo plano de benefícios, ressalvadas excepcionalidades definidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

Art. 19. As contribuições destinadas à constituição de reservas terão como finalidade prover o pagamento de benefícios de caráter previdenciário, observadas as especificidades previstas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. As contribuições referidas no caput classificam-se em:

I - normais, aquelas destinadas ao custeio dos benefícios previstos no respectivo plano; e

II - extraordinárias, aquelas destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal.

Art. 20. O resultado superavitário dos planos de benefícios das entidades fechadas, ao final do exercício, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos mencionados planos, será destinado à constituição de reserva de contingência, para garantia de benefícios, até o limite de vinte e cinco por cento do valor das reservas matemáticas.

§ 1º Constituída a reserva de contingência, com os valores excedentes será constituída reserva especial para revisão do plano de benefícios.

§ 2º A não utilização da reserva especial por três exercícios consecutivos determinará a revisão obrigatória do plano de benefícios da entidade.

§ 3º Se a revisão do plano de benefícios implicar redução de contribuições, deverá ser levada em consideração a proporção existente entre as contribuições dos patrocinadores e dos participantes, inclusive dos assistidos.

Art. 21. O resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar.

§ 1º O equacionamento referido no caput poderá ser feito, dentre outras formas, por meio do aumento do valor das contribuições, instituição de contribuição adicional ou redução do valor dos benefícios a conceder, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 2º A redução dos valores dos benefícios não se aplica aos assistidos, sendo cabível, nesse caso, a instituição de contribuição adicional para cobertura do acréscimo ocorrido em razão da revisão do plano.

§ 3º Na hipótese de retorno à entidade dos recursos equivalentes ao déficit previsto no caput deste artigo, em consequência de apuração de responsabilidade mediante ação judicial ou administrativa, os respectivos valores deverão ser aplicados necessariamente na redução proporcional das contribuições devidas ao plano ou em melhoria dos benefícios.

Art. 22. Ao final de cada exercício, coincidente com o ano civil, as entidades fechadas deverão levantar as demonstrações contábeis e as avaliações atuariais de cada plano de benefícios, por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado, devendo os resultados ser encaminhados ao órgão regulador e fiscalizador e divulgados aos participantes e aos assistidos.

Art. 23. As entidades fechadas deverão manter atualizada sua contabilidade, de acordo com as instruções do órgão regulador e fiscalizador, consolidando a posição dos planos de benefícios que administram e executam, bem como submetendo suas contas a auditores independentes.

Parágrafo único. Ao final de cada exercício serão elaboradas as demonstrações contábeis e atuariais consolidadas, sem prejuízo dos controles por plano de benefícios.

Art. 24. A divulgação aos participantes, inclusive aos assistidos, das informações pertinentes aos planos de benefícios dar-se-á ao menos uma vez ao ano, na forma, nos prazos e pelos meios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

Parágrafo único. As informações requeridas formalmente pelo participante ou assistido, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal específico deverão ser atendidas pela entidade no prazo estabelecido pelo órgão regulador e fiscalizador.

Art. 25. O órgão regulador e fiscalizador poderá autorizar a extinção de plano de benefícios ou a retirada de patrocínio, ficando os patrocinadores e instituidores obrigados ao cumprimento da totalidade dos compromissos assumidos com a entidade relativamente aos direitos dos participantes, assistidos e obrigações legais, até a data da retirada ou extinção do plano.

Parágrafo único. Para atendimento do disposto no caput deste artigo, a situação de solvência econômico-financeira e atuarial da entidade deverá ser atestada por profissional devidamente habilitado, cujos relatórios serão encaminhados ao órgão regulador e fiscalizador.

Seção III

Dos Planos de Benefícios de Entidades Abertas

Art. 26. Os planos de benefícios instituídos por entidades abertas poderão ser:

I - individuais, quando acessíveis a quaisquer pessoas físicas; ou

II - coletivos, quando tenham por objetivo garantir benefícios previdenciários a pessoas físicas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma pessoa jurídica contratante.

§ 1º O plano coletivo poderá ser contratado por uma ou várias pessoas jurídicas.

§ 2º O vínculo indireto de que trata o inciso II deste artigo refere-se aos casos em que uma entidade representativa de pessoas jurídicas contrate plano previdenciário coletivo para grupos de pessoas físicas vinculadas a suas filiadas.

§ 3º Os grupos de pessoas de que trata o parágrafo anterior poderão ser constituídos por uma ou mais categorias específicas de empregados de um mesmo empregador, podendo abranger empresas coligadas, controladas ou subsidiárias, e por membros de associações legalmente constituídas, de caráter profissional ou classista, e seus cônjuges ou companheiros e dependentes econômicos.

§ 4º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, são equiparáveis aos empregados e associados os diretores, conselheiros ocupantes de cargos eletivos e outros dirigentes ou gerentes da pessoa jurídica contratante.

§ 5º A implantação de um plano coletivo será celebrada mediante contrato, na forma, nos critérios, nas condições e nos requisitos mínimos a serem estabelecidos pelo órgão regulador.

§ 6º É vedada à entidade aberta a contratação de plano coletivo com pessoa jurídica cujo objetivo principal seja estipular, em nome de terceiros, planos de benefícios coletivos.

Art. 27. Observados os conceitos, a forma, as condições e os critérios fixados pelo órgão regulador, é assegurado aos participantes o direito à portabilidade, inclusive para plano de benefício de entidade fechada, e ao resgate de recursos das reservas técnicas, provisões e fundos, total ou parcialmente.

§ 1º A portabilidade não caracteriza resgate.

§ 2º É vedado, no caso de portabilidade:

I - que os recursos financeiros transitem pelos participantes, sob qualquer forma; e

II - a transferência de recursos entre participantes.

Art. 28. Os ativos garantidores das reservas técnicas, das provisões e dos fundos serão vinculados à ordem do órgão fiscalizador, na forma a ser regulamentada, e poderão ter sua livre movimentação suspensa pelo referido órgão, a partir da qual não poderão ser alienados ou prometidos alienar sem sua prévia e

expressa autorização, sendo nulas, de pleno direito, quaisquer operações realizadas com violação daquela suspensão.

§ 1º Sendo imóvel, o vínculo será averbado à margem do respectivo registro no Cartório de Registro Geral de Imóveis competente, mediante comunicação do órgão fiscalizador.

§ 2º Os ativos garantidores a que se refere o caput, bem como os direitos deles decorrentes, não poderão ser gravados, sob qualquer forma, sem prévia e expressa autorização do órgão fiscalizador, sendo nulos os gravames constituídos com infringência do disposto neste parágrafo.

Art. 29. Compete ao órgão regulador, entre outras atribuições que lhe forem conferidas por lei:

I - fixar padrões adequados de segurança atuarial e econômico-financeira, para preservação da liquidez e solvência dos planos de benefícios, isoladamente, e de cada entidade aberta, no conjunto de suas atividades;

II - estabelecer as condições em que o órgão fiscalizador pode determinar a suspensão da comercialização ou a transferência, entre entidades abertas, de planos de benefícios; e

III - fixar condições que assegurem transparência, acesso a informações e fornecimento de dados relativos aos planos de benefícios, inclusive quanto à gestão dos respectivos recursos.

Art. 30. É facultativa a utilização de corretores na venda dos planos de benefícios das entidades abertas.

Parágrafo único. Aos corretores de planos de benefícios aplicam-se a legislação e a regulamentação da profissão de corretor de seguros.

CAPÍTULO III

DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Art. 31. As entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador, exclusivamente:

I - aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores; e

II - aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.

§ 1º As entidades fechadas organizar-se-ão sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

§ 2º As entidades fechadas constituídas por instituidores referidos no inciso II do caput deste artigo deverão, cumulativamente:

I - terceirizar a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas e provisões mediante a contratação de instituição especializada autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou outro órgão competente;

II - ofertar exclusivamente planos de benefícios na modalidade contribuição definida, na forma do parágrafo único do art. 7º desta Lei Complementar.

§ 3º Os responsáveis pela gestão dos recursos de que trata o inciso I do parágrafo anterior deverão manter segregados e totalmente isolados o seu patrimônio dos patrimônios do instituidor e da entidade fechada.

§ 4º Na regulamentação de que trata o caput, o órgão regulador e fiscalizador estabelecerá o tempo mínimo de existência do instituidor e o seu número mínimo de associados.

Art. 32. As entidades fechadas têm como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Parágrafo único. É vedada às entidades fechadas a prestação de quaisquer serviços que não estejam no âmbito de seu objeto, observado o disposto no art. 76.

Art. 33. Dependerão de prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador:

I - a constituição e o funcionamento da entidade fechada, bem como a aplicação dos respectivos estatutos, dos regulamentos dos planos de benefícios e suas alterações;

II - as operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, relativas às entidades fechadas;

III - as retiradas de patrocinadores; e

IV - as transferências de patrocínio, de grupo de participantes, de planos e de reservas entre entidades fechadas.

§ 1º Excetuado o disposto no inciso III deste artigo, é vedada a transferência para terceiros de participantes, de assistidos e de reservas constituídas para garantia de benefícios de risco atuarial programado, de acordo com normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 2º Para os assistidos de planos de benefícios na modalidade contribuição definida que mantiveram esta característica durante a fase de percepção de renda programada, o órgão regulador e fiscalizador poderá, em caráter excepcional, autorizar a transferência dos recursos garantidores dos benefícios para entidade de previdência complementar ou companhia seguradora autorizada a operar planos de previdência complementar, com o objetivo específico de contratar plano de renda vitalícia, observadas as normas aplicáveis.

Art. 34. As entidades fechadas podem ser qualificadas da seguinte forma, além de outras que possam ser definidas pelo órgão regulador e fiscalizador:

I - de acordo com os planos que administram:

a) de plano comum, quando administram plano ou conjunto de planos acessíveis ao universo de participantes; e

b) com multipiano, quando administram plano ou conjunto de planos de benefícios para diversos grupos de participantes, com independência patrimonial;

II - de acordo com seus patrocinadores ou instituidores:

a) singulares, quando estiverem vinculadas a apenas um patrocinador ou instituidor; e

b) multipatrocinadas, quando congregarem mais de um patrocinador ou instituidor.

Art. 35. As entidades fechadas deverão manter estrutura mínima composta por conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva. (Regulamento)

§ 1º O estatuto deverá prever representação dos participantes e assistidos nos conselhos deliberativo e fiscal, assegurado a eles no mínimo um terço das vagas.

§ 2º Na composição dos conselhos deliberativo e fiscal das entidades qualificadas como multipatrocinadas, deverá ser considerado o número de participantes vinculados a cada patrocinador ou instituidor, bem como o montante dos respectivos patrimônios.

§ 3º Os membros do conselho deliberativo ou do conselho fiscal deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I - comprovada experiência no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria;

II - não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; e

III - não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social ou como servidor público.

§ 4º Os membros da diretoria-executiva deverão ter formação de nível superior e atender aos requisitos do parágrafo anterior.

§ 5º Será informado ao órgão regulador e fiscalizador o responsável pelas aplicações dos recursos da entidade, escolhido entre os membros da diretoria-executiva.

§ 6º Os demais membros da diretoria-executiva responderão solidariamente com o dirigente indicado na forma do parágrafo anterior pelos danos e prejuízos causados à entidade para os quais tenham concorrido.

§ 7º Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 31 desta Lei Complementar, os membros da diretoria-executiva e dos conselhos deliberativo e fiscal poderão ser remunerados pelas entidades fechadas, de acordo com a legislação aplicável.

§ 8º Em caráter excepcional, poderão ser ocupados até trinta por cento dos cargos da diretoria-executiva por membros sem formação de nível superior, sendo assegurada a possibilidade de participação neste órgão de pelo menos um membro, quando da aplicação do referido percentual resultar número inferior à unidade.

CAPÍTULO IV

DAS ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Art. 36. As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

Parágrafo único. As sociedades seguradoras autorizadas a operar exclusivamente no ramo vida poderão ser autorizadas a operar os planos de benefícios a que se refere o caput, a elas se aplicando as disposições desta Lei Complementar.

Art. 37. Compete ao órgão regulador, entre outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, estabelecer:

I - os critérios para a investidura e posse em cargos e funções de órgãos estatutários de entidades abertas, observado que o pretendente não poderá ter sofrido condenação criminal transitada em julgado, penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social ou como servidor público;

II - as normas gerais de contabilidade, auditoria, atuária e estatística a serem observadas pelas entidades abertas, inclusive quanto à padronização dos planos de contas, balanços gerais, balancetes e outras demonstrações financeiras, critérios sobre sua periodicidade, sobre a publicação desses documentos e sua remessa ao órgão fiscalizador;

III - os índices de solvência e liquidez, bem como as relações patrimoniais a serem atendidas pelas entidades abertas, observado que seu patrimônio líquido não poderá ser inferior ao respectivo passivo não operacional; e

IV - as condições que assegurem acesso a informações e fornecimento de dados relativos a quaisquer aspectos das atividades das entidades abertas.

Art. 38. Dependerão de prévia e expressa aprovação do órgão fiscalizador:

I - a constituição e o funcionamento das entidades abertas, bem como as disposições de seus estatutos e as respectivas alterações;

II - a comercialização dos planos de benefícios;

III - os atos relativos à eleição e conseqüente posse de administradores e membros de conselhos estatutários; e

IV - as operações relativas à transferência do controle acionário, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária.

Parágrafo único. O órgão regulador disciplinará o tratamento administrativo a ser emprestado ao exame dos assuntos constantes deste artigo.

Art. 39. As entidades abertas deverão comunicar ao órgão fiscalizador, no prazo e na forma estabelecidos:

I - os atos relativos às alterações estatutárias e à eleição de administradores e membros de conselhos estatutários; e

II - o responsável pela aplicação dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos, escolhido dentre os membros da diretoria-executiva.

Parágrafo único. Os demais membros da diretoria-executiva responderão solidariamente com o dirigente indicado na forma do inciso II deste artigo pelos danos e prejuízos causados à entidade para os quais tenham concorrido.

Art. 40. As entidades abertas deverão levantar no último dia útil de cada mês e semestre, respectivamente, balancetes mensais e balanços gerais, com observância das regras e dos critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

Parágrafo único. As sociedades seguradoras autorizadas a operar planos de benefícios deverão apresentar nas demonstrações financeiras, de forma discriminada, as atividades previdenciárias e as de seguros, de acordo com critérios fixados pelo órgão regulador.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 41. No desempenho das atividades de fiscalização das entidades de previdência complementar, os servidores do órgão regulador e fiscalizador terão livre acesso às respectivas entidades, delas podendo requisitar e apreender livros, notas técnicas e quaisquer documentos, caracterizando-se embaraço à fiscalização, sujeito às penalidades previstas em lei, qualquer dificuldade oposta à consecução desse objetivo.

§ 1º O órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas poderá solicitar dos patrocinadores e instituidores informações relativas aos aspectos específicos que digam respeito aos compromissos assumidos frente aos respectivos planos de benefícios.

§ 2º A fiscalização a cargo do Estado não exime os patrocinadores e os instituidores da responsabilidade pela supervisão sistemática das atividades das suas respectivas entidades fechadas.

§ 3º As pessoas físicas ou jurídicas submetidas ao regime desta Lei Complementar ficam obrigadas a prestar quaisquer informações ou esclarecimentos solicitados pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se, sem prejuízo da competência das autoridades fiscais, relativamente ao pleno exercício das atividades de fiscalização tributária.

Art. 42. O órgão regulador e fiscalizador poderá, em relação às entidades fechadas, nomear administrador especial, a expensas da entidade, com poderes próprios de intervenção e de liquidação extrajudicial, com o objetivo de sanear plano de benefícios específico, caso seja constatada na sua administração e execução alguma das hipóteses previstas nos arts. 44 e 48 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O ato de nomeação de que trata o caput estabelecerá as condições, os limites e as atribuições do administrador especial.

Art. 43. O órgão fiscalizador poderá, em relação às entidades abertas, desde que se verifique uma das condições previstas no art. 44 desta Lei Complementar, nomear, por prazo determinado, prorrogável a seu critério, e a expensas da respectiva entidade, um diretor-fiscal.

§ 1º O diretor-fiscal, sem poderes de gestão, terá suas atribuições estabelecidas pelo órgão regulador, cabendo ao órgão fiscalizador fixar sua remuneração.

§ 2º Se reconhecer a inviabilidade de recuperação da entidade aberta ou a ausência de qualquer condição para o seu funcionamento, o diretor-fiscal proporá ao órgão fiscalizador a decretação da intervenção ou da liquidação extrajudicial.

§ 3º O diretor-fiscal não está sujeito à indisponibilidade de bens, nem aos demais efeitos decorrentes da decretação da intervenção ou da liquidação extrajudicial da entidade aberta.

CAPÍTULO VI DA INTERVENÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Seção I

Da Intervenção

Art. 44. Para resguardar os direitos dos participantes e assistidos poderá ser decretada a intervenção na entidade de previdência complementar, desde que se verifique, isolada ou cumulativamente:

I - irregularidade ou insuficiência na constituição das reservas técnicas, provisões e fundos, ou na sua cobertura por ativos garantidores;

II - aplicação dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos de forma inadequada ou em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos competentes;

III - descumprimento de disposições estatutárias ou de obrigações previstas nos regulamentos dos planos de benefícios, convênios de adesão ou contratos dos planos coletivos de que trata o inciso II do art. 26 desta Lei Complementar;

IV - situação econômico-financeira insuficiente à preservação da liquidez e solvência de cada um dos planos de benefícios e da entidade no conjunto de suas atividades;

V - situação atuarial desequilibrada;

VI - outras anormalidades definidas em regulamento.

Art. 45. A intervenção será decretada pelo prazo necessário ao exame da situação da entidade e encaminhamento de plano destinado à sua recuperação.

Parágrafo único. Dependerão de prévia e expressa autorização do órgão competente os atos do interventor que impliquem oneração ou disposição do patrimônio.

Art. 46. A intervenção cessará quando aprovado o plano de recuperação da entidade pelo órgão competente ou se decretada a sua liquidação extrajudicial.

Seção II

Da Liquidação Extrajudicial

Art. 47. As entidades fechadas não poderão solicitar concordata e não estão sujeitas a falência, mas somente a liquidação extrajudicial.

Art. 48. A liquidação extrajudicial será decretada quando reconhecida a inviabilidade de recuperação da entidade de previdência complementar ou pela ausência de condição para seu funcionamento.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se por ausência de condição para funcionamento de entidade de previdência complementar:

I - (VETADO)

II - (VETADO)

III - o não atendimento às condições mínimas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

Art. 49. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos:

I - suspensão das ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda;

II - vencimento antecipado das obrigações da liquidanda;

III - não incidência de penalidades contratuais contra a entidade por obrigações vencidas em decorrência da decretação da liquidação extrajudicial;

IV - não fluência de juros contra a liquidanda enquanto não integralmente pago o passivo;

V - interrupção da prescrição em relação às obrigações da entidade em liquidação;

VI - suspensão de multa e juros em relação às dívidas da entidade;

VII - inexistência de penas pecuniárias por infrações de natureza administrativa;

VIII - interrupção do pagamento à liquidanda das contribuições dos participantes e dos patrocinadores, relativas aos planos de benefícios.

§ 1º As faculdades previstas nos incisos deste artigo aplicam-se, no caso das entidades abertas de previdência complementar, exclusivamente, em relação às suas atividades de natureza previdenciária.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às ações e aos débitos de natureza tributária.

Art. 50. O liquidante organizará o quadro geral de credores, realizará o ativo e liquidará o passivo.

§ 1º Os participantes, inclusive os assistidos, dos planos de benefícios ficam dispensados de se habilitarem a seus respectivos créditos, estejam estes sendo recebidos ou não.

§ 2º Os participantes, inclusive os assistidos, dos planos de benefícios terão privilégio especial sobre os ativos garantidores das reservas técnicas e, caso estes não sejam suficientes para a cobertura dos direitos respectivos, privilégio geral sobre as demais partes não vinculadas ao ativo.

§ 3º Os participantes que já estiverem recebendo benefícios, ou que já tiverem adquirido este direito antes de decretada a liquidação extrajudicial, terão preferência sobre os demais participantes.

§ 4º Os créditos referidos nos parágrafos anteriores deste artigo não têm preferência sobre os créditos de natureza trabalhista ou tributária.

Art. 51. Serão obrigatoriamente levantados, na data da decretação da liquidação extrajudicial de entidade de previdência complementar, o balanço geral de liquidação e as demonstrações contábeis e atuariais necessárias à determinação do valor das reservas individuais.

Art. 52. A liquidação extrajudicial poderá, a qualquer tempo, ser levantada, desde que constatados fatos supervenientes que viabilizem a recuperação da entidade de previdência complementar.

Art. 53. A liquidação extrajudicial das entidades fechadas encerrar-se-á com a aprovação, pelo órgão regulador e fiscalizador, das contas finais do liquidante e com a baixa nos devidos registros.

Parágrafo único. Comprovada pelo liquidante a inexistência de ativos para satisfazer a possíveis créditos reclamados contra a entidade, deverá tal situação ser comunicada ao juízo competente e efetivados os devidos registros, para o encerramento do processo de liquidação.

Seção III

Disposições Especiais

Art. 54. O interventor terá amplos poderes de administração e representação e o liquidante plenos poderes de administração, representação e liquidação.

Art. 55. Compete ao órgão fiscalizador decretar, aprovar e rever os atos de que tratam os arts. 45, 46 e 48 desta Lei Complementar, bem como nomear, por intermédio do seu dirigente máximo, o interventor ou o liquidante.

Art. 56. A intervenção e a liquidação extrajudicial determinam a perda do mandato dos administradores e membros dos conselhos estatutários das entidades, sejam titulares ou suplentes.

Art. 57. Os créditos das entidades de previdência complementar, em caso de liquidação ou falência de patrocinadores, terão privilégio especial sobre a massa, respeitado o privilégio dos créditos trabalhistas e tributários.

Parágrafo único. Os administradores dos respectivos patrocinadores serão responsabilizados pelos danos ou prejuízos causados às entidades de previdência complementar, especialmente pela falta de aporte das contribuições a que estavam obrigados, observado o disposto no parágrafo único do art. 63 desta Lei Complementar.

Art. 58. No caso de liquidação extrajudicial de entidade fechada motivada pela falta de aporte de contribuições de patrocinadores ou pelo não recolhimento de contribuições de participantes, os administradores daqueles também serão responsabilizados pelos danos ou prejuízos causados.

Art. 59. Os administradores, controladores e membros de conselhos estatutários das entidades de previdência complementar sob intervenção ou em liquidação extrajudicial ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até a apuração e liquidação final de suas responsabilidades.

§ 1º A indisponibilidade prevista neste artigo decorre do ato que decretar a intervenção ou liquidação extrajudicial e atinge todos aqueles que tenham estado no exercício das funções nos doze meses anteriores.

§ 2º A indisponibilidade poderá ser estendida aos bens de pessoas que, nos últimos doze meses, os tenham adquirido, a qualquer título, das pessoas referidas no caput e no parágrafo anterior, desde que haja seguros elementos de convicção de que se trata de simulada transferência com o fim de evitar os efeitos desta Lei Complementar.

§ 3º Não se incluem nas disposições deste artigo os bens considerados inalienáveis ou impenhoráveis pela legislação em vigor.

§ 4º Não são também atingidos pela indisponibilidade os bens objeto de contrato de alienação, de promessas de compra e venda e de cessão de direitos, desde que os respectivos instrumentos tenham sido levados ao competente registro público até doze meses antes da data de decretação da intervenção ou liquidação extrajudicial.

§ 5º Não se aplica a indisponibilidade de bens das pessoas referidas no caput deste artigo no caso de liquidação extrajudicial de entidades fechadas que deixarem de ter condições para funcionar por motivos totalmente desvinculados do exercício das suas atribuições, situação esta que poderá ser revista a qualquer momento, pelo órgão regulador e fiscalizador, desde que constatada a existência de irregularidades ou indícios de crimes por elas praticados.

Art. 60. O interventor ou o liquidante comunicará a indisponibilidade de bens aos órgãos competentes para os devidos registros e publicará edital para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único. A autoridade que receber a comunicação ficará, relativamente a esses bens, impedida de:

I - fazer transcrições, inscrições ou averbações de documentos públicos ou particulares;

II - arquivar atos ou contratos que importem em transferência de cotas sociais, ações ou partes beneficiárias;

III - realizar ou registrar operações e títulos de qualquer natureza; e

IV - processar a transferência de propriedade de veículos automotores, aeronaves e embarcações.

Art. 61. A apuração de responsabilidades específicas referida no caput do art. 59 desta Lei Complementar será feita mediante inquérito a ser instaurado pelo órgão regulador e fiscalizador, sem prejuízo do disposto nos arts. 63 a 65 desta Lei Complementar.

§ 1º Se o inquérito concluir pela inexistência de prejuízo, será arquivado no órgão fiscalizador.

§ 2º Concluindo o inquérito pela existência de prejuízo, será ele, com o respectivo relatório, remetido pelo órgão regulador e fiscalizador ao Ministério Público, observados os seguintes procedimentos:

I - o interventor ou o liquidante, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado que não tenha sido indiciado no inquérito, após aprovação do respectivo relatório pelo órgão fiscalizador, determinará o levantamento da indisponibilidade de que trata o art. 59 desta Lei Complementar;

II - será mantida a indisponibilidade com relação às pessoas indicadas no inquérito, após aprovação do respectivo relatório pelo órgão fiscalizador.

Art. 62. Aplicam-se à intervenção e à liquidação das entidades de previdência complementar, no que couber, os dispositivos da legislação sobre a intervenção e liquidação extrajudicial das instituições financeiras, cabendo ao órgão regulador e fiscalizador as funções atribuídas ao Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VII

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 63. Os administradores de entidade, os procuradores com poderes de gestão, os membros de conselhos estatutários, o interventor e o liquidante responderão civilmente pelos danos ou prejuízos que causarem, por ação ou omissão, às entidades de previdência complementar.

Parágrafo único. São também responsáveis, na forma do caput, os administradores dos patrocinadores ou instituidores, os atuários, os auditores independentes, os avaliadores de gestão e outros profissionais que prestem serviços técnicos à entidade, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada.

Art. 64. O órgão fiscalizador competente, o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários ou a Secretaria da Receita Federal, constatando a

existência de práticas irregulares ou indícios de crimes em entidades de previdência complementar, noticiará ao Ministério Público, enviando-lhe os documentos comprobatórios.

Parágrafo único. O sigilo de operações não poderá ser invocado como óbice à troca de informações entre os órgãos mencionados no caput, nem ao fornecimento de informações requisitadas pelo Ministério Público.

Art. 65. A infração de qualquer disposição desta Lei Complementar ou de seu regulamento, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita a pessoa física ou jurídica responsável, conforme o caso e a gravidade da infração, às seguintes penalidades administrativas, observado o disposto em regulamento:

I - advertência;

II - suspensão do exercício de atividades em entidades de previdência complementar pelo prazo de até cento e oitenta dias;

III - inabilitação, pelo prazo de dois a dez anos, para o exercício de cargo ou função em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, instituições financeiras e no serviço público; e

IV - multa de dois mil reais a um milhão de reais, devendo esses valores, a partir da publicação desta Lei Complementar, ser reajustados de forma a preservar, em caráter permanente, seus valores reais.

§ 1º A penalidade prevista no inciso IV será imputada ao agente responsável, respondendo solidariamente a entidade de previdência complementar, assegurado o direito de regresso, e poderá ser aplicada cumulativamente com as constantes dos incisos I, II ou III deste artigo.

§ 2º Das decisões do órgão fiscalizador caberá recurso, no prazo de quinze dias, com efeito suspensivo, ao órgão competente.

§ 3º O recurso a que se refere o parágrafo anterior, na hipótese do inciso IV deste artigo, somente será conhecido se for comprovado pelo requerente o pagamento antecipado, em favor do órgão fiscalizador, de trinta por cento do valor da multa aplicada. (Vide Súmula Vinculante nº 21)

§ 4º Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 66. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo, na forma do regulamento, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. (Regulamento)

Art. 67. O exercício de atividade de previdência complementar por qualquer pessoa, física ou jurídica, sem a autorização devida do órgão competente, inclusive a comercialização de planos de benefícios, bem como a captação ou a administração de recursos de terceiros com o objetivo de, direta ou indiretamente, adquirir ou conceder benefícios previdenciários sob qualquer forma, submete o responsável à penalidade de inabilitação pelo prazo de dois a dez anos para o exercício de cargo ou função em entidade de previdência complementar, sociedades seguradoras, instituições financeiras e no serviço público, além de multa aplicável de acordo com o disposto no inciso IV do art. 65 desta Lei Complementar, bem como noticiar ao Ministério Público.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 68. As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstos nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência complementar não integram o contrato de trabalho dos

participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes.

§ 1º Os benefícios serão considerados direito adquirido do participante quando implementadas todas as condições estabelecidas para elegibilidade consignadas no regulamento do respectivo plano.

§ 2º A concessão de benefício pela previdência complementar não depende da concessão de benefício pelo regime geral de previdência social.

Art. 69. As contribuições vertidas para as entidades de previdência complementar, destinadas ao custeio dos planos de benefícios de natureza previdenciária, são dedutíveis para fins de incidência de imposto sobre a renda, nos limites e nas condições fixadas em lei.

§ 1º Sobre as contribuições de que trata o caput não incidem tributação e contribuições de qualquer natureza.

§ 2º Sobre a portabilidade de recursos de reservas técnicas, fundos e provisões entre planos de benefícios de entidades de previdência complementar, titulados pelo mesmo participante, não incidem tributação e contribuições de qualquer natureza.

Art. 70. (VETADO)

Art. 71. É vedado às entidades de previdência complementar realizar quaisquer operações comerciais e financeiras:

I - com seus administradores, membros dos conselhos estatutários e respectivos cônjuges ou companheiros, e com seus parentes até o segundo grau;

II - com empresa de que participem as pessoas a que se refere o inciso anterior, exceto no caso de participação de até cinco por cento como acionista de empresa de capital aberto; e

III - tendo como contraparte, mesmo que indiretamente, pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas, na forma definida pelo órgão regulador.

Parágrafo único. A vedação deste artigo não se aplica ao patrocinador, aos participantes e aos assistidos, que, nessa condição, realizarem operações com a entidade de previdência complementar.

Art. 72. Compete privativamente ao órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas zelar pelas sociedades civis e fundações, como definido no art. 31 desta Lei Complementar, não se aplicando a estas o disposto nos arts. 26 e 30 do Código Civil e 1.200 a 1.204 do Código de Processo Civil e demais disposições em contrário.

Art. 73. As entidades abertas serão reguladas também, no que couber, pela legislação aplicável às sociedades seguradoras.

Art. 74. Até que seja publicada a lei de que trata o art. 5º desta Lei Complementar, as funções do órgão regulador e do órgão fiscalizador serão exercidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por intermédio, respectivamente, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), relativamente às entidades fechadas, e pelo Ministério da Fazenda, por intermédio do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em relação, respectivamente, à regulação e fiscalização das entidades abertas.

Art. 75. Sem prejuízo do benefício, prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 76. As entidades fechadas que, na data da publicação desta Lei Complementar, prestarem a seus participantes e assistidos serviços assistenciais à saúde poderão continuar a fazê-lo, desde que seja estabelecido um custeio específico para os planos assistenciais e que a sua contabilização e o seu patrimônio sejam mantidos em separado em relação ao plano previdenciário.

§ 1º Os programas assistenciais de natureza financeira deverão ser extintos a partir da data de publicação desta Lei Complementar, permanecendo em vigência, até o seu termo, apenas os compromissos já firmados.

§ 2º Consideram-se programas assistenciais de natureza financeira, para os efeitos desta Lei Complementar, aqueles em que o rendimento situa-se abaixo da taxa mínima atuarial do respectivo plano de benefícios.

Art. 77. As entidades abertas sem fins lucrativos e as sociedades seguradoras autorizadas a funcionar em conformidade com a Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, terão o prazo de dois anos para se adaptar ao disposto nesta Lei Complementar.

§ 1º No caso das entidades abertas sem fins lucrativos já autorizadas a funcionar, é permitida a manutenção de sua organização jurídica como sociedade civil, sendo-lhes vedado participar, direta ou indiretamente, de pessoas jurídicas, exceto quando tiverem participação acionária:

I - minoritária, em sociedades anônimas de capital aberto, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, para aplicação de recursos de reservas técnicas, fundos e provisões;

II - em sociedade seguradora e/ou de capitalização.

§ 2º É vedado à sociedade seguradora e/ou de capitalização referida no inciso II do parágrafo anterior participar majoritariamente de pessoas jurídicas, ressalvadas as empresas de suporte ao seu funcionamento e as sociedades anônimas de capital aberto, nas condições previstas no inciso I do parágrafo anterior.

§ 3º A entidade aberta sem fins lucrativos e a sociedade seguradora e/ou de capitalização por ela controlada devem adaptar-se às condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º, no mesmo prazo previsto no caput deste artigo.

§ 4º As reservas técnicas de planos já operados por entidades abertas de previdência privada sem fins lucrativos, anteriormente à data de publicação da Lei no 6.435, de 15 de julho de 1977, poderão permanecer garantidas por ativos de propriedade da entidade, existentes à época, dentro de programa gradual de ajuste às normas estabelecidas pelo órgão regulador sobre a matéria, a ser submetido pela entidade ao órgão fiscalizador no prazo máximo de doze meses a contar da data de publicação desta Lei Complementar.

§ 5º O prazo máximo para o término para o programa gradual de ajuste a que se refere o parágrafo anterior não poderá superar cento e vinte meses, contados da data de aprovação do respectivo programa pelo órgão fiscalizador.

§ 6º As entidades abertas sem fins lucrativos que, na data de publicação desta Lei Complementar, já vinham mantendo programas de assistência filantrópica, prévia e expressamente autorizados, poderão, para efeito de cobrança, adicionar às contribuições de seus planos de benefícios valor destinado àqueles programas, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador.

§ 7º A aplicabilidade do disposto no parágrafo anterior fica sujeita, sob pena de cancelamento da autorização previamente concedida, à prestação anual de contas dos programas filantrópicos e à aprovação pelo órgão competente.

§ 8º O descumprimento de qualquer das obrigações contidas neste artigo sujeita os administradores das entidades abertas sem fins lucrativos e das sociedades seguradora e/ou de capitalização por elas controladas ao Regime Disciplinar previsto nesta Lei Complementar, sem prejuízo da responsabilidade civil por danos ou prejuízos causados, por ação ou omissão, à entidade.

Art. 78. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 79. Revogam-se as Leis nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e nº 6.462, de 9 de novembro de 1977.

Brasília, 29 de maio de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Pedro Malan

Roberto Brant

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.5.2001